

CAMILA FELICE JORGE

**A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DAS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E
SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NO CONTEXTO DOS DIFERENTES
PROJETOS SOCIETÁRIOS**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS DE PÓS-GRADUADOS
EM SERVIÇO SOCIAL**

2009

CAMILA FELICE JORGE

**A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DAS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E
SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NO CONTEXTO DOS DIFERENTES
PROJETOS SOCIETÁRIOS**

Dissertação apresentada à banca examinadora para a obtenção do título de mestre, junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof^a. Dra. Marta Silva Campos.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS DE PÓS-GRADUADOS
EM SERVIÇO SOCIAL**

2009

BANCA EXAMINADORA

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

JORGE, Camila Felice

A construção teórica das relações entre família e Serviço Social Brasileiro no contexto dos diferentes projetos societários./ Camila Felice Jorge; Orientadora Profa. Dra. Marta Silva Campos.

São Paulo, 2009 – 102p.

Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

1. Família. 2. Formação Profissional em Serviço Social. 3. Projetos societários.

Dedico este trabalho...

*Aos meus pais por, mais uma vez,
proporcionarem esse momento de
reflexão em minha vida.*

*Ao meu namorado Diego, pelo contínuo
incentivo e esperança.*

*A minha querida avó, que me ensina
cada dia um novo dia.*

*As crianças da Casa do Amparo
Fraterno Jesus de Nazaré, por mudar a
concepção da profissão naquele
espaço de trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu namorado Diego pela força, dedicação e carinho que vem me proporcionando nesses anos de caminhada juntos.

Aos meus pais que me permitiram realizar esses anos de estudo, não só financeiramente, mas apoiando-me emocionalmente quando muitas vezes pensei em desistir.

À minha querida avó que, com seus anos de vida, vem me incentivando com suas histórias e com o eterno amor e carinho que tem por mim.

Às minhas irmãs Julia e Fernanda por me acolherem nos momentos que mais preciso.

Às minhas amigas Célia, Cleide e Luciana, por sempre me ouvirem, por estarem ao meu lado nos momentos mais felizes e mais tristes, mesmo por e-mail. Quantas angústias trocadas!

À nova amiga assistente social Catarina por dividir o atual espaço profissional, com carinho e receptividade que tenho vivido nesses últimos meses, além das longas discussões e reflexões desenvolvidas no nosso cotidiano.

À Sheilinha Lollo por fazer do simples dia-a-dia uma divertida brincadeira! Nada como buscar uma infância guardada em nossos corações! Adoro você!

À colega assistente social Maria por estar nessa última etapa do meu trabalho me apoiando e ouvindo meu desespero.

À querida Profa. Dra. Maria Carmelita Yasbek, pela força desde a qualificação deste trabalho aos momentos finais, onde pudemos aperfeiçoar nossos pensamentos sobre a dissertação, valendo de uma grande orientação!

À leitora desse trabalho, Profa. Dra. Laisa Toledo, minha professora inspiradora desde a graduação, que trouxe grandes reflexões sobre família em minha vida.

A todos os professores da graduação em Serviço Social da PUC-SP, que deixaram uma semente em meu conhecimento e a vontade de buscar sempre mais.

Às crianças da Casa do Amparo Fraterno Jesus de Nazaré, onde pude exercer a profissão e aprender diariamente com a diferença. Momentos que estarão guardados em minha vida. E aos funcionários que me acolheram nesse meu percurso.

Ao CAPES, órgão que, por intermédio da PUC-SP, concedeu-me uma bolsa de estudo fundamental para a realização dessa pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho vem contribuir para a reflexão sobre o significado do tema "família" acumulado pelo Serviço Social, em sua prática teórica. Para tanto, tem como objetivo específico examinar a posição que este ocupa na produção bibliográfica, tanto no momento do surgimento do Serviço Social como profissão no país, na década de 1930, como a partir das modificações que o afetam durante o processo de institucionalização profissional até os dias atuais. Esse período inicial é especialmente estudado, examinando-se de forma mais particular o material agenciado pelo primeiro núcleo formador de assistentes sociais, a Escola de Serviço Social de São Paulo, criada em 1936. Seu caráter reconhecidamente pioneiro no nascimento e evolução do Serviço Social, com abrangência nacional, bem como facilidade de meu acesso às fontes históricas em São Paulo, possibilitaram a pesquisa. Incluem-se no conjunto deste material: trabalhos acadêmicos ligados à formação no nível da graduação e pós-graduação, publicações de docentes e pesquisadores, entre outros. O procedimento metodológico baseia-se na análise histórica fundamentada nesses documentos, sendo estabelecidas conexões entre os dados recolhidos. É tomada ainda como fonte de referências de caráter nacional a revista Serviço Social & Sociedade, publicada sem interrupção desde 1979 e utilizada pelos profissionais de expressão de todo o país, como parte da construção do nosso corpo de conhecimentos. Algumas fontes que estabelecem um paralelo entre a realidade construída em São Paulo e no Rio de Janeiro no momento da criação das primeiras instituições de ensino são utilizadas, fundamentando, principalmente, nosso plano de análise do conteúdo geral do material a partir da sua identificação e proximidade em relação aos "projetos societários" que conformaram o desenvolvimento da profissão. Nesse último aspecto, seguimos a orientação da produção bibliográfica que procurou constituir um patrimônio comum de reflexão sobre a profissão. Observamos que sobre o assunto família na profissão, a produção teórica não foi significativa em alguns períodos, não significando o desaparecimento da prática com tal população. É fato, que no período de 1946 a 1964, há uma lacuna na produção teórica e que no período da ditadura militar também foi verificada prioridade intelectual para os movimentos sociais em busca de um projeto societário hegemônico democrático, deixando a discussão sobre a família num outro plano. Pode-se dizer que o tema nunca foi tratado da maneira como deveria, principalmente se considerarmos a permanência e o importante lugar do trabalho com famílias na prática profissional desde a sua origem até a atualidade.

PALAVRAS CHAVES: família, formação profissional em Serviço Social, projetos societários.

ABSTRACT

The present research contributes for the reflection on the meaning "family" accumulated by Social Work, in its practical theoretician. For it, the specific objective is analyze the position that this occupies in bibliographical production, at the moment of Social Work appear as profession in Brazil, in 1930s, as from the modifications that affect the professional institutionalization process until current days. This initial period is studied consider the original material produced by firsts social workers that got BA degree by the School of Social Work of Sao Paulo, created in 1936. Its pioneering character in the birth and evolution of the Social Work is recognized by historical sources easiest access in Sao Paulo, make possible this research. They are included in the material range: end academic papers among others. The methodological procedure is based on the historical analysis based on these documents, being established connections between the collected data. The magazine Serviço Social & Sociedade is taken as source of national reference, published since 1979 and used by the professionals of expression of all the country, as part of the construction of our knowledge body. Some sources that establish a parallel between the constructed reality in Sao Paulo and in Rio de Janeiro at the moment of the creation of the first institutions of education are used, basing, mainly, our plan of analysis of the general content of the material from its identification and proximity in relation to "social projects" that had conformed the development of the profession. In this last aspect, we follow the orientation of the bibliographical production that it looked to constitute a common patrimony of reflection on the profession. We observe on the family subject adopted by the profession, the theoretical production was not significant in some periods, not meaning the disappearance of the practical one with such population. It is fact, that in the period of 1946 the 1964, has a gap in the theoretical production because military dictatorship is the intellectual priority for the social movements that look for a social democratic hegemonic project, leaving the family analyses in other plan. It can be said that the subject never was dealt with the way as it would have, mainly if to consider the permanence and the important place of the work with families in the practical professional since its origin until the present time.

KEY WORDS: family, social work's professional formation, projects of societies.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	v
AGRADECIMENTOS.....	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
INTRODUÇÃO.....	01
1. O CUIDADO COM O TRABALHADOR E O CUIDADO COM A FAMÍLIA: 1936-1945.....	04
1.1. Cenário político brasileiro: a influência na gênese de uma profissão.....	04
1.2. Serviço Social como profissão institucionalizada.....	06
1.3. Família nos primórdios da profissão: a ideologia de uma classe.....	15
2. DO DESENVOLVIMENTISMO AO GOLPE DE ESTADO: A EXPANSÃO PROFISSIONAL CONSERVADORA (1946-1964).....	21
2.1. A ideologia desenvolvimentista econômica X o discurso conservador- moderno.....	21
2.2. A expansão profissional e as influências estrangeiras na profissão: a metodologia caso, grupo, comunidade e o desenvolvimento de comunidade.....	24
2.3. A ausência sobre a temática família nas fontes analisadas e a presença nos Congressos Profissionais.....	30
3. A DITADURA MILITAR E A EXPANSÃO PROFISSIONAL (1965-1984).	33
3.1. Conjuntura histórica: a repressão popular dos governos ditatoriais.....	33
3.2. O movimento de reconceituação profissional na ditadura militar: avanços e retrocessos na legitimação do Serviço Social.....	38
3.2.1. Perspectiva modernizadora.....	39
3.2.2. Perspectiva de reatualização do conservadorismo.....	41
3.2.3. Perspectiva de intenção de ruptura.....	41
3.3. O tímido aparecimento da família no Serviço Social.....	43
4. O PROJETO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO NA (RE) TOMADA DO TRABALHO COM FAMÍLIAS.....	46
4.1. Conjuntura atual: o favorecimento de estudos temáticos sobre a	46

família.....	
4.2. Conjuntura atual do Serviço Social na constituição do Projeto Hegemônico Ético-Político.....	50
4.3. A família no marco da legislação social: seu “re” surgimento na teoria do Serviço Social.....	52
5. A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	62
5.1. A família e a proteção social: uma perspectiva da ampliação de direitos e deveres.....	63
5.2. A família brasileira contemporânea: a teorização dos elementos dessa nova configuração familiar.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
BIBLIOGRAFIA.....	78
ANEXOS.....	87
Anexo 1. Artigos sobre família publicados na Revista Serviço Social & Sociedade.....	87

INTRODUÇÃO

Desde quando cursava a Graduação em Serviço Social na PUC-SP, fui despertada para a família como temática de estudo. Para isto, contribuíram os estudos realizados no Núcleo de Estudos Família e Sociedade e a inserção, como estagiária, na Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic – PUC-SP. A realização do TCC, em 2006, com a pesquisa “Pressupostos teórico-metodológicos do trabalho com famílias vulnerabilizadas pela pobreza na área da Assistência Social”, instigou-me ao aprofundamento da história da profissão, particularmente em relação à produção teórica sobre a família. Minha participação como representante discente no ano de 2006, nas comemorações dos setenta anos da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, colocou-me em contato com assistentes sociais pioneiras e responsáveis pelo crescimento profissional em suas contradições, rupturas e desenvolvimento. Foram experiências ricas em conhecimento, mas insuficientes para uma eterna pesquisadora, sempre curiosa por conhecer mais, como me sinto. O tema foi então se definindo e concretizando-se. Firmando-se a partir do meu ingresso no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, das discussões no Núcleo de Estudos Família e Sociedade, e pela participação na atividade programa Crítica Epistemológica Feminista.

Disso resultou o trabalho ora apresentado à Banca Examinadora para obtenção do título de mestre, com o título: **“A construção teórica das relações entre família e Serviço Social brasileiro no contexto dos diferentes projetos societários”**. A pesquisa teve apoio do CAPES, da PUC-SP, e claro, dos pensadores que incentivaram e instigaram o desejo de conhecimento: grandes professores do Serviço Social que diariamente construíram e contribuíram no nosso crescimento, a história profissional que com êxito luta para um novo projeto societário e as assistentes sociais.

Com isso, queremos afirmar com clareza a importância da presença de um projeto coletivo na construção de uma profissão consciente de sua dimensão sócio-histórica. Daí a importância do reconhecimento dos vários “projetos societários” presentes na dinâmica social, inclusive em nosso projeto ético-político.

Neste trabalho, consideramos os “projetos societários” em sua relação com a capacidade de transformação ou conservação da sociedade. No que diz respeito à profissão, também enfatizamos sua articulação e imposição quanto à dimensão

política da intervenção. Esta acaba por imprimir uma “direção social” a quaisquer das nossas ações profissionais, que tendem a favorecer a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, tais como plantões de atendimento, processos de supervisão e/ ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples, às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção entrelaçada a uma valoração ética específica.

Evidentemente, a abordagem da família feita pelo Serviço Social em sua trajetória histórica é grandemente pautada por esses pressupostos. A família é uma instituição social histórica condicionada e dialeticamente articulada com a sociedade na qual esta inserida. Isto pressupõe compreender as diferentes formas de famílias em diferentes espaços de tempo, em diferentes lugares, além de percebê-las como diferentes dentro de um mesmo espaço social e num mesmo espaço de tempo. Esta percepção leva a pensar as famílias sempre numa perspectiva de mudança, dentro da qual, se descarta a idéia dos modelos cristalizados para se refletir as possibilidades em relação ao futuro. (Mioto, 1997).

Acreditando na relevância desses fundamentos, estruturamos nosso trabalho a partir do reconhecimento da vinculação família, “projeto societário”, nos vários momentos do desenvolvimento teórico da profissão.

Procuramos organizar as idéias referentes à posição da família no quadro profissional, tomando como base a periodização do desenvolvimento do Serviço Social, já formulada e reconhecida por diversos pensadores da profissão.

Os resultados relativos ao período inicial (1936-1945), são apresentados no primeiro capítulo, constatando-se que a família tem grande importância teórica nessa fase de instauração da profissão.

No segundo período estudado (1946-1964), objeto do segundo capítulo, ao contrário, são poucas as referências à família dentro da produção teórica disponível na profissão.

Foi no terceiro momento (1965-1984), que as publicações em periódicos analisadas sinalizaram mudanças no embasamento teórico-metodológico profissional, conforme discutido no terceiro capítulo.

No quarto e último período, abrangendo os anos entre 1985 e 2006, ampliou-se o tratamento da família, conforme explicitado no quarto capítulo.

Após essa retrospectiva histórica, buscamos analisar o tratamento recente dado teoricamente à relação família e políticas públicas contemporâneas por meio dos modelos de políticas vinculadas ao sistema de proteção social, no quinto capítulo.

Este trabalho significou uma aproximação mais profunda em termos de reflexão teórica e de sistematização acerca da temática da família. Desejamos que nossa contribuição acadêmica possa vir a somar e ampliar conhecimentos ao corpo de análises já existente sobre o Serviço Social como profissão, além de, em decorrência, ajudar a qualificar nossas práticas de intervenção.

1. O CUIDADO COM O TRABALHADOR E O CUIDADO COM A FAMÍLIA: 1936-1945:

1.1 – Cenário político brasileiro: a influência na gênese de uma profissão

A compreensão do contexto histórico em que surgiu o Serviço Social brasileiro é possibilitada pelos acontecimentos imediatamente anteriores, dos quais é exemplo a Revolta dos Tenentes¹, na década de 1920. Interpretada como uma forma embrionária de expressão política das baixas camadas médias, e Revolta coloca o fim da hegemonia burguesa do café e revela a necessidade de reajustamento estrutural do país.

Para uma contextualização sócio-política da década de 1930, que permita aproximarmo-nos da definição de seu projeto de sociedade, é necessário, portanto, registrar que, num momento de intenso desenvolvimento industrial, os governos de então passam a preocupar-se com as expressões da “questão social²”, adotando Políticas Sociais destinadas à formação, organização e controle da força de trabalho urbana.

Os anos 1930 foram marcados pela transição para uma sociedade urbano-industrial, bem como o reordenamento da divisão internacional do trabalho. Durante o Estado Varguista, houve grande expansão do capitalismo e, de acordo com PEREIRA (2007), foi possível a máxima taxa de acumulação, reprodução e controle da classe operária em formação.

No primeiro ano de governo de Getúlio Vargas, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, este afirmava: “O novo Ministério mantém estrito contato com as indústrias e o comércio, sem falar nos representantes das classes operárias, procurando assisti-los em todos os seus interesses legítimos. A sua norma de ação consiste em substituir a luta de classes, negativista e estéril, pelo conceito orgânico e justo de colaboração entre as classes com a severa atenção às condições econômicas do país e aos reclamos da justiça social (...) é preciso impor a

¹Os movimentos tenentistas foram: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922, a Revolta Paulista de 1924 e a Coluna Prestes.

²A questão social se expressa pelo conjunto de desigualdades sociais engendradas pelas relações sociais constitutivas do capitalismo contemporâneo. Sua gênese pode ser situada no século XIX quando os trabalhadores reagem à exploração de seu trabalho resultante da Revolução Industrial. (Yazbek, 2008)

paz do trabalho e, fazendo a revolução antes que o povo faça, resolver a questão social de forma pacífica”.

Nesse bojo de revolução às avessas, foi criada a Lei de Sindicalização em março de 1931, ou seja, os estatutos dos sindicatos deveriam a partir de então ser aprovados pelo Ministério do Trabalho. Assim, Vargas pretendia assumir o controle do movimento operário da mesma forma que Benito Mussolini fez na Itália.

Como em todo contexto político, há diferentes linhas de trabalho e pensamentos, perspectivas ideológicas e programáticas. Para a Aliança Liberal, a situação de desamparo das classes trabalhadoras era uma das causas dos conflitos sociais, o que facilitava o trabalho de agitadores. Restringir o campo de ação destes era necessário com medidas assistenciais e reguladoras das condições de trabalho, evitando assim, que surgisse desordem no setor urbano. As medidas assistenciais serviam como instrumento de eliminação de conflitos, antecipando-se no atendimento às reivindicações das camadas populares. A questão social aparecia, então, como preocupação e motivo de atenção. Não apenas sob o olhar do Estado, como também de outras instituições, entre elas, com destaque, a Igreja.

No dia 09 de julho de 1932, aconteceu a Revolução Constitucionalista em São Paulo, fruto da articulação de políticos do antigo regime agrário-exportador, que se opunha ao tenentismo, e contou com o apoio da classe média.

Em 1934, são instituídas as bases legais para a nova constituição do país. Vargas elege-se indiretamente à presidência, e inicia o processo de implantação da ditadura no Estado Novo. E como consequência do autoritarismo e conservadorismo na sociedade houve a presença marcante do corporativismo do Estado³, liderado e orientado por Vargas.

Em 1935, as atividades políticas subversivas são repreendidas pela Lei de Segurança Nacional. É aprovado o Estado de Sítio, com a desarticulação dos movimentos de esquerda.

Em 1937 aconteceu o golpe do Estado Novo, instaurando a ditadura Vargasista. Os partidos políticos são extintos, o Estado Novo foi constituído na versão brasileira atenuada do modelo fascista europeu. Porém, não tem sustentação em

³ Apesar do corporativismo de Estado se basear na idéia de solidariedade entre as classes sociais, ele está enraizado no autoritarismo e conservadorismo que por sua vez manifestam-se na falta de democracia e cidadania, no preconceito, na manutenção da ordem da moral e dos bons costumes.

partido político e sem bases ideológicas definidas. Queria/ buscava apoio nas classes trabalhadoras.

O surto de industrialização que no final da década de 1930 foi apoiado por uma política estatal de estímulo ao empresariado acelerou-se. O governo intervém na esfera econômica através da manipulação de incentivos, como impostos, controles de câmbio etc, além de investimentos públicos em indústrias de base, como o petróleo e aço e em setores como ferrovias, navegação etc. São fixados os primeiros salários mínimos, que além de dispositivos tutelares, têm o objetivo de aumentar o poder aquisitivo das classes trabalhadoras.

A autonomia do movimento operário brasileiro enfraqueceu-se através da legislação brasileira trabalhista e sindical, sendo esta uma conciliação trabalhista que amorteceu os choques de classes e dissipou o potencial de luta do operariado.

Quase que como uma estratégia do Estado, é colocada aos indivíduos da sociedade a idéia de que a família bem estruturada pode salvar os operários da miséria formando personalidades fortes o suficiente para livrá-los das sequelas causadas por um Estado totalitário formando, assim, uma sociedade verdadeiramente humana e personalizada.

Na mesma década (1930-1940), o Estado reconhece a legitimidade da questão social e assume a regulação das relações de classe, objetivando a desmobilização da classe operária e o controle das classes sociais.

Os elementos que contribuíram para a emergência da profissão decorrem de recursos mobilizados pelo Estado, pelo empresariado, com participação especial da Igreja Católica. Nesse mesmo período, aumentam as lutas sociais dos trabalhadores e, dessa forma, as ações de cunho assistencial, religioso e filantrópico tornam-se insuficientes para o alto índice demandatário. É um contexto que expõe as expressões da questão social como matéria prima a justificar a constituição do espaço profissional do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho.

1.2 – Serviço Social como profissão institucionalizada

Com o aumento da consciência da agudização das conseqüências sociais do capitalismo monopolista, a Igreja Católica, em termos mundiais, passa a colocar a questão social no foco do problema para a difusão do pensamento e da ação social católica.

É justamente no fim do século XIX, 1891, que sua expressão se faz sentir, com o aparecimento da encíclica papal “Rerum Novarum”⁴. Quarenta anos depois, essa aparição é comemorada pelo lançamento da *Quadragesimo Anno*. Com ambas, inicia-se a formulação da chamada Doutrina Social da Igreja, esta, busca, desde então, falar não apenas para os fiéis, mas a toda sociedade. Assim faz uma análise da natureza, causas, efeitos e remédios dos males generalizados da sociedade moderna. São, através delas, elaboradas e recomendadas soluções para resolver a questão social. Constituem traços do primeiro momento a intenção da Igreja Católica de combater o marxismo e o liberalismo, propondo reformas para diminuir a desigualdade social. Os problemas eram, entretanto, considerados males sociais que deveriam ser eliminados, mas não colocados amplamente como expressão de uma situação estrutural, vinculada à própria essência do sistema capitalista.

No Brasil, a repercussão será sentida através de mudanças no “processo de reformulação da atividade política religiosa comandada pela hierarquia iniciada a partir da segunda metade da República Velha (...)” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000, p. 141), dentro do que foi chamado a Reação Católica.

Do primeiro momento a autora destaca como de maior interesse relativamente à implantação do Serviço Social, o fato de a mobilização de o laicato ter seguido no Brasil os moldes europeus. Refere-se também à posição da Igreja de “absoluta colaboração” com o Estado (e deste em relação a ela), incluindo seu “apoio à autoridade constituída” (op.cit,143).

A partir de 1930, citando Iamamoto e Carvalho (2000),

Inicia-se um novo período de mobilização do movimento católico laico. A crise de poder originada de indefinição de um novo bloco hegemônico, a bipolarização dos setores mais dinâmicos da pequena-burguesia e a reemergência do proletariado através da retomada, com maior intensidade, dos movimentos reivindicatórios e de uma estratégia política, criam as condições para que a Igreja seja chamada a intervir na dinâmica social de forma muito mais ampla. A hierarquia, explorando a fundo a nova situação conjuntural, quando no período 1931-1935 a mobilização do laicato atingirá seu ponto mais alto, alcançará consolidar e recuperar seus privilégios, definir e legitimar suas posições na sociedade civil dentro de uma composição com o novo bloco dominante. (p. 147)

⁴ Nesse documento, a Igreja posiciona-se contra dois sistemas sociais econômicos: liberalismo e socialismo, pois além de dividir a sociedade em classes, o chamado “novo” não era considerado nada positivo. É retomada a importância do Estado desde esse período (1891), porém, “na medida certa”. RERUM NOVARUM: abrir-se as coisas novas sem se desnaturar nelas. Documento disponível na íntegra: www.montfort.org.br

O que ocorreu, na verdade, foram as condições materiais para a mudança da Igreja dentro do contexto de romanização⁵ do clero brasileiro em que, apoiada na situação conjuntural propícia, a hierarquia promoverá a participação do laicato no seu ponto máximo entre 1931 e 1935.

A partir de 1932, conforme Iamamoto e Carvalho (2000),

Ocorre uma grande diversificação e ampliação do aparato do movimento católico laico. Tendo por base as instituições criadas e desenvolvidas metodicamente na década anterior, especialmente o Centro Dom Vital e a Confederação Católica, o Instituto de Estudos Superiores, a Associação de Bibliotecas Católicas, os Círculos Operários, e a Liga Eleitoral Católica, além de uma série de instituições centralizadoras do apostolado social, que se firmarão através da Ação Católica Brasileira, criada em 1935. Será também a fase de maior atividade e influência do Centro Dom Vital. A intelectualidade católica procurará a adaptação à realidade nacional do espírito das Encíclicas Sociais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, munindo a hierarquia e o movimento laico de um arsenal de posições programas e respostas aos problemas sociais, ao formular uma via cristã corporativa para a harmonia e progresso da sociedade: Deus é fonte de toda justiça, e apenas uma sociedade baseada nos princípios da cristandade, pode realizar a justiça social. (p. 158)

A Igreja Católica terá, portanto, como é sabido, grande importância na estruturação da profissão no país, tendo ela sua institucionalização vinculada ao momento em que o laicato se organiza para ter um papel ativo nas expressões da questão social, procurando constituir uma alternativa à caridade tradicional e à repressão, formas típicas de lidar com a questão social na época.

Os primeiros atos/ ações partem de iniciativas para a organização de grupos, em sua maioria femininos, que integravam o movimento católico laico. Foi criado em 1932, em São Paulo, o Centro de Estudos e Ação Social, o CEAS⁶, cujo os objetivos eram definir a doutrina e a ação social da Igreja Católica. “Os membros desta iniciativa procuravam influir na vida social através da ação social, sendo orientação estratégica no momento em que a Igreja como força social mobiliza o

⁵ Era a adaptação da Igreja aos padrões de atuação universal de base européia.

⁶ As atividades do CEAS se orientarão para a formação técnica especializada de quadros para a ação social e a difusão da doutrina social da Igreja. Ainda nesse mesmo ano, as duas fundadoras viajam para a Europa para estudar a organização e ensino do Serviço Social. “Pareceu-nos, entretanto, insuficiente nosso preparo para garantir a boa organização de uma escola de serviço social, pois se as escolas dessa natureza têm por principal finalidade sanar os inconvenientes da improvisação de dirigentes de obras sociais, é claro que a primeira condição de eficiência das escolas de serviço social é não serem elas próprias uma improvisação. À vista disto, duas sócias do Centro, Albertina Ferreira Ramos e eu, seguimos para a Europa a fim de fazer estudos completos na Escola de Serviço Social de Bruxelas”. Entrevista de Maria Kiehl. O ensino do Serviço Social no Brasil, 1942. In Carvalho e Iamamoto, 2000, p. 173.

laicato a partir das diretrizes das encíclicas já citadas, expressões antiliberais e anti-socialista do catolicismo universal, de cunho reformista e conservador frente à questão social”.(YAZBEK, MARTINELLI, RAICHELIS, 2008).

O CEAS organizou a primeira “Semana de Ação Católica” em 1934, objetivando defender os princípios religiosos e morais católicos. Promovia para suas sócias visitas às instituições e obras sociais e promoveu, também, quatro centros operários.

Os centros operários tinham como objetivo central atrair as mulheres operárias para conhecer as necessidades e o ambiente em que viviam e as sócias do CEAS “buscavam despertar nessas trabalhadoras os interesses pelos problemas de classe e desenvolver o espírito associativo, preocupando-se mais com o aspecto formativo do que com os possíveis rumos que os grupos assumiram” (YASBEK, 1977).

Nessa perspectiva, com a ida de Maria Kiehl e Albertina Ramos à Bélgica para fazer o curso de Ação Social na Escola de Serviço Social de Bruxelas, é fundada em 1936 a Escola de Serviço Social em São Paulo. A visão do Serviço Social nesse período é de adaptar o indivíduo ao meio e do meio do indivíduo, sob a orientação de restaurar e normalizar a vida social. O enfoque orientador do trabalho de Assistente Social nesse momento é psicologizante e moralizador centrado no indivíduo e na família.

Há nesse período uma visão de mundo pautada na moralidade cristã. A Igreja vê a questão social como desvio de conduta moral dos indivíduos, uma conseqüência do afastamento da vida cristã. Assim, há uma negação da ordem social real, reafirmando o uso de uma pedagogia cristã.

O CEAS constituiu-se em Setembro de 1932, em plena revolução paulista, quando mais se evidenciava em nosso país o choque das doutrinas sociais e dos pontos de vista contraditórios sobre os nossos problemas. Sem auxílio financeiro, com uma finalidade básica - o estudo e a difusão da doutrina social da Igreja e a ação social da mesma diretriz - os objetivos do CEAS são expressos em seus estatutos: “o fim especial da sociedade é difundir a doutrina e a formação sociais pregadas pela Igreja Católica. Dentro dessa finalidade, o CEAS visará principalmente: 1. tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais; 2. adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a

coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000).

Os militantes do Centro expressavam então sua visão acerca do problema social: “um rápido golpe de vista no ambiente brasileiro vem demonstrando que as questões que nos preocupam no momento e os problemas que estão a reclamar solução apresentam, com maior ou menor acuidade, os mesmos sintomas da crise que agita, em nossos dias, o mundo inteiro. Crise essa, resultante da aplicação de princípios hoje geralmente condenados e ainda agravada pela reação, em sentido oposto, de ideologias extremistas” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000).

São criados os centros de operariado aliando os estudos teóricos dos problemas sociais à ampliação da ação educativa, através de aulas de higiene, trabalhos manuais, tricô, bordados para tratar de assuntos sociais. Essas futuras profissionais procuravam despertar nas operárias o interesse pelos problemas de classe e desenvolver-lhes o espírito associativo, preocupando-se mais com o aspecto formativo do que com as possíveis formas ou rumos que os grupos assumiam.

O CEAS assim tornou-se uma instituição feminina cujo objetivo era a promoção de estudos sociais com a finalidade de preparar pessoas habilitadas para a execução de atividades no terreno da ação social.

Nesse contexto de intervenção social, é inaugurada, em 15 de fevereiro de 1936, a Escola de Serviço Social. Tem como finalidade oferecer às organizações de assistência social em geral um elemento imprescindível: a assistente social tecnicamente preparada aliada a sólida formação moral e técnica. A Escola de Serviço Social se propõe dar a seus alunos essa formação social através do conhecimento de questões e problemas sociais do momento, preparando-se para atuar nos vários campos de ação social, nas obras de assistência, nos serviços de proteção à infância, nas organizações operárias e familiares. Este discurso vem permeado de argumentos: o Serviço Social é uma atividade profundamente humana que influi diretamente sobre o homem e a sociedade, não admite técnica rígida e soluções preestabelecidas.

Em 1937, o Serviço Social explicita (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000) o objetivo de sanar ou minorar os males sociais através da ação junto à sociedade, instituições e indivíduos. Supõe um largo conhecimento do homem e da sociedade, com métodos especiais de ação. O curso tem a duração de 03 anos, mínimo

necessário para se conseguir a formação básica. A formação sempre esteve atrelada ao trabalho prático: colocando os alunos desde cedo em contato com a realidade social, com os problemas com os quais deverão lidar.

Em 1938, é criada uma turma masculina do curso no período noturno. Este é ano da formatura da primeira turma da Escola de Serviço Social.

Em 1939 é criada a primeira revista de Serviço Social no Brasil com o objetivo de divulgar o Serviço Social e proporcionar às obras sociais e aos assistentes sociais um instrumento para aperfeiçoar sua ação.

A profissão é chamada para aconselhar e orientar a execução de leis trabalhistas, para adaptar o trabalhador em seu ambiente de trabalho, sendo uma atuação profissional doutrinária e eminentemente assistencial, nas indústrias, a partir de 1940. “A atuação prática desenvolvida pelos primeiros Assistentes Sociais estará, assim, voltada essencialmente para a organização de assistência, para a educação popular, e para a pesquisa social”. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000, p. 196).

Em 1941, quatro brasileiras assistentes sociais são convidadas pelo governo norte-americano para participarem de cursos em Universidades onde puderam observar os métodos de ensino, os currículos e a diferença entre o trabalho norte-americano (ensino específico de cursos de Serviço Social - caso, grupo, comunidade) e o europeu (a maioria de suas disciplinas baseava-se na assistência social).⁷

Com quase dois anos de diferença da Escola de Serviço Social de São Paulo, o Serviço Social carioca marca sua história na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo esta, parte da Escola de Enfermagem Anna Nery.

As primeiras escolas de Serviço Social tiveram em sua criação a articulação entre Estado, Igreja Católica e burguesia. A Igreja promovia uma ação direta à população, já o Estado disponibilizava fundos públicos para estas.

É nesse contexto que o Serviço Social surge a partir das classes dominantes, cujo os interesses se expressam por meio da Igreja Católica. Vem como uma das

⁷ “Observa-se, na produção teórica dos Assistentes Sociais que entraram em contato com o Serviço Social norte-americano e procuraram divulgá-lo, uma mudança significativa no tom do discurso relativo à população cliente. O explícito julgamento moral é substituído por um julgamento moral que se insinua através de uma análise de cunho psicológico. Esse discurso não negará a base material dos casos sociais, mas esta aparecerá diluída, na procura das verdadeiras demandas da população cliente, dentro de uma análise que privilegia o histórico familiar e individual”. (Iamamoto e Carvalho, 2000, p. 229).

frentes mobilizadas para a formação doutrinária e para um aprofundamento sobre os problemas sociais de militantes, a partir de um contato direto com o ambiente operário.

O Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de 1940, por receber apoio e orientação das Escolas de Serviço Social da Europa e ter como referência a Igreja Católica Apostólica Romana, tem uma forte influência européia vinculada ao pensamento conservador e contrário às sequelas do capitalismo que será a base do discurso e da ação profissional. Dada essa influência, o posicionamento inicial da Escola de Serviço Social de São Paulo não questionava o sistema gerador dos “males sociais” da época, apenas colocavam suas deformações em evidência.

Se as escolas de Serviço Social – em particular a paulista – nasciam sob decisiva inspiração católica, no interior do movimento pelo qual a Igreja promovia a sua reinserção social, é indiscutível que as seletas gerações que se educavam nas aulas recebiam a missão de melhoria dos costumes.

Como ressalta PEREIRA (2007), a institucionalização da profissão do Serviço Social foi realizada como uma profissão feminina. Tal perfil profissional, ao mesmo tempo em que respondia aos reclamos do movimento feminista liderado por mulheres de setores sociais abastados, como Bertha Lutz, utilizava-se do histórico papel da mulher, na divisão sexual do trabalho, de difusão de valores essencialmente dominantes e necessários à perpetuação da ordem capitalista.

Embora as escolas de Serviço Social tenham sido criadas no cerne do enfrentamento da questão social, na articulação entre Estado e Igreja, há diferenças nesse processo de criação das instituições: no Rio de Janeiro, a iniciativa de criação de unidades formadoras de Assistentes Sociais partiu também de instituições estatais, ao passo que em São Paulo, a iniciativa pioneira partiu diretamente da Ação Católica com a criação da Escola de Serviço Social (atual Escola de Serviço Social da PUC-SP). IAMAMOTO e CARVALHO (1995). Mas apesar da primeira escola de Serviço Social carioca ter sido criada diretamente pelo poder estatal, uma de suas criadoras, deputada Carlota Pereira de Queiroz, mantinha fortes vinculações com a Igreja Católica.

E assim foram atribuições da assistente social: intermediar o poder da organização que planeja e executa as políticas públicas e a população que recebe tais políticas.

Porém, só tem oportunidade de ser reconhecida enquanto profissão quando a Igreja Católica centraliza as expressões da questão social como algo a ser olhado, resolvido por ela como agente ativo da comunidade. Fortaleceram-se as ajudas, benemerências como forma de adentrar o campo social. E mesmo não sendo criadas ou institucionalizadas pelo Estado, as profissionais logo se identificam com este setor.

O Estado passa a recrutar esse profissional para intervir e mediar as faces postas socialmente juntamente com as empresas. A profissão passa a ocupar um papel específico na divisão sócio técnica do trabalho e os problemas sociais passam a ser objetos de diagnóstico e tratamento para a ação profissional.

Nas empresas, a fim de amenizar as consequências da injustiça social ao trabalhador, criam-se mecanismos assistenciais e educativos que objetivam o atendimento das demandas sociais dos trabalhadores assalariados e a qualificação técnica. A criação do SENAI, SESC, SESI, Sesi, LBA⁸ (em meados de 1940) foram, nada mais que organizações que procuraram, de forma implícita, a qualificação da força de trabalho através dos cursos profissionalizantes oferecidos colocando ao trabalhador o cuidado que a empresa tinha para com ele. Foi também uma solução (que vigora até hoje) encontrada pelo empresariado de institucionalizar as reivindicações geradas pelos trabalhadores, resguardando a manutenção e recuperação da força de trabalho.

A finalidade do Serviço Social nesse período, nas empresas, era garantir o nível de vida moral, físico e econômico do trabalhador e de sua família, aplicar corretamente as leis trabalhistas, combater a negação e a flexibilização do trabalho, velar pela moralidade, promover a conciliação nos dissídios trabalhistas e ser o agente de ligação e/ou negociação entre o empregador e o trabalhador.

Quanto à metodologia, adentrava o diagnóstico e tratamento dos problemas sociais onde o indivíduo era cuidado de forma personalizada até sua reintegração à situação de normalidade. Eram realizadas entrevistas com o trabalhador, seus familiares, vizinhos, patrão, chefes cujo o objetivo era definir qual o foco a ser tratado. Assim, achava-se um tratamento que o indivíduo aderisse como forma de curar, intervindo naquilo que era desviante.

⁸ SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; SESC: Serviço Social do Comércio; SESI: Serviço Social da Indústria; LBA: Legião Brasileira de Assistência.

A direção social do projeto teórico dessa fase, assim como das demais, como veremos adiante, estava orientado para os diversos aspectos da vida do trabalhador tendo em vista a reordenação da vida material. Portanto, a intervenção estava direcionada à reprodução do trabalhador do ponto de vista material e ideológico. Era parte desse projeto a formação religiosa e a mesma assume também o caráter assistencial, como complementar parte da assistência à família que o salário não supre, medidas médicas de caráter profilático-preventivo, encaminhamentos à infra-estruturas de serviços médicos e obras sociais e reintegração ao mercado de trabalho.

Nesse contexto de transformações, o Serviço Social enquanto profissão surge de forma assistemática, sem planejamento e organização, mas sabendo que as facetas da questão social seriam (e são) o grande objeto de trabalho desse profissional. Para entender a introdução da profissão no contexto brasileiro, recorremos a Yamamoto (2000) que interpreta a Questão Social como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem como raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto que a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Ou seja, as expressões da questão social ocorrem no modo de produção capitalista onde nem todas as pessoas têm acesso à riqueza, produzida socialmente através da venda da força de trabalho.

Neste período, observando-se o discurso profissional presente em alguns Congressos, é possível analisar tendências que marcarão o desenvolvimento da profissão. O Primeiro Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado no Chile, em 1942, reafirma a influência norte-americana e marca uma nova hegemonia internacional levando para o Congresso Pan-Americano, em 1945, discussões relevantes no ensino do Serviço Social- definindo normas para o funcionamento das escolas, com um padrão mínimo de exigências-, reafirmando o caráter de neutralidade, conciliação da dicotomia capital e trabalho, colaboração entre setores patronais e operários, apoio às entidades e programas pan-americanos, apoiado pela Organização dos Estados Americanos. Inaugura-se assim, um novo período caracterizado pela influência do Serviço Social norte americano com suas perspectivas técnicas e metodológicas.

No próximo tópico, é apresentado o trabalho dos profissionais do Serviço Social nesse período estudado, analisando a influência do contexto social-político-econômico e das concepções ideológicas aqui observadas no conjunto dos assistentes sociais de cada época.

1.3 – Família nos primórdios da profissão: a ideologia de uma classe

Fica claro para nós o interesse do Estado em instaurar a idéia de que uma família forte, que tem o matrimônio como instituição sólida, a mulher como alma do lar e crianças educadas com amor, consegue superar facilmente as crises sociais.

Como consequência, há o incentivo a uma organização e criação de movimentos familiares com o objetivo de salvar a sociedade do materialismo totalitário. Tal organização trará à tona a força de representação e mediação que tem a família para levar o Estado a cumprir seu dever de restauração da ordem social. O que está claramente ilustrado nesta citação.

A Família, que é a base da sociedade, tem sido a primeira vítima das desordens sociais, e as mais fracas precisam ser apoiadas mais de perto por organismos que sejam capazes de auxiliá-las a fazer face aos problemas que mais freqüentemente prejudicam seu equilíbrio moral. Dentre esses problemas estão: 1- Trabalho, quantos graves fatores a considerar: A insuficiência do salário; a) não permite o mínimo de bem estar b) trabalho da mulher fora do lar. 2- Falta de Formação Familiar: é o que coloca a mulher, freqüentemente, abaixo da sua missão de mãe de família e dona de casa. (Moraes, 1940:1).

A idéia aqui fixada é de que as desordens sociais têm sua origem na família mal organizada que não conseguiu manter sua própria subsistência, forçando a mulher a trabalhar fora de casa, tornando-se vulnerável às desordens sociais e necessitadas de alguma ajuda que restaure sua ordem.

Com o pretexto de dar proteção à família brasileira, Vargas assina, em 7 de setembro de 1939, o "Estatuto de Família", um projeto ambicioso que traria profundas consequências em relação à política de previdência social, ao papel da mulher na sociedade, à educação e até, eventualmente, em relação à política populacional do país. Finalmente seria constituída uma "Comissão Nacional de Proteção da Família", da qual uma série de projetos específicos se originaria.

O Estatuto é um documento doutrinário que busca combinar duas idéias indissociáveis: “a necessidade de aumentar a população do país e a de consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional. A prosperidade, o prestígio e o poder

de um país dependem de sua população e de suas forças morais: a família é a fonte geradora de ambos”.

O Estatuto deixa clara a importância de uma família bem organizada para uma sociedade bem estruturada e demonstra o quanto à situação em que se encontravam, principalmente as famílias operárias, estava fora de controle e necessitava de uma solução urgente.

A função social feminina é marcada pela divisão sexual de papéis e de responsabilidades dentro do casamento. Esta nucleação precisava ser garantida e protegida e assim seria necessário fortalecer a comunidade familiar, mantendo a elevação do chefe de família, seja pela solidificação dos laços conjugais, seja pela mais extensa obrigação de assistência espiritual e material dentro do núcleo familiar.

O Serviço Social busca então uma ação educativa junto a família trabalhadora, que não trabalhe apenas na linha curativa, mas com prevenção dos problemas sociais, conforme escreve Helena Iracy Junqueira:

O Serviço de Proteção Familiar não será obra de assistência e desvalidos; mas obra de proteção e educação para as famílias das classes populares em geral. Essa proteção consistirá no ajustamento de cada família que ao Centro recorrer e num movimento de combate às causas desses desajustamentos. Será, portanto um serviço não só curativo como preventivo. Terá como método de ação despertar o senso de responsabilidade e o esforço pessoal. (Helena Iracy Junqueira). (Rosseto, 1940:18)

Quando a família é identificada como célula-máter da sociedade se faz necessário logo uma solução radical e urgente, expressa na próxima citação:

Diante do papel que a família representa na organização da sociedade, o problema da sua desorganização ou inexistência se apresenta em toda sua gravidade; se for tão grave assim cumpre que sua solução seja iminente. (Rosseto, 1940:12)

Em 1940, são fundados pelo CEAS, a partir de convênio com o Departamento de Serviço Social do Estado, três centros familiares para amparar e educar as famílias carentes. A finalidade desses centros era a de “separar as famílias das classes proletárias, prevenindo sua desorganização e decadência e procurando elevar seu nível econômico e cultural por meio de serviços de assistência e educação” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000, p. 190). Surgiu como preocupação existente no momento em que a instituição familiar “célula mater da sociedade,

sustentáculo de toda a civilização, a família há de ser objeto de estudo e observação para quantos queiram conhecer os problemas sociais”.

O trabalho do assistente social junto às famílias surge como uma das primeiras expressões da profissão a prestar assistência aos necessitados. O objetivo desse serviço era de estimular os próprios meios destas famílias e conferir-lhes autonomia para que possam trabalhar e se organizar sozinhas com as dificuldades apresentadas pela sociedade, sendo essa a melhor forma de ser útil a alguém e assim, cada um que se eleva, eleva seu ambiente. Este trabalho foi realizado com objetivo de enquadrar, ajustar o indivíduo numa sociedade capitalista e industrializada que necessita dessa classe operária como proletários sem perspectiva de mudança, pois, toma como princípio que, elevando-se a cultura, instrução religiosa e formação familiar haverão indivíduos educados a participar ativamente desta fase de acumulação de capital sem trazer consigo todas estas anomalias que estavam atingindo a sociedade naquele momento.

O trabalho executado era de adaptação do indivíduo ao meio e do meio ao indivíduo. As pesquisas desse período visavam buscar as causas dos males sociais (aquilo que provocava o desajustamento social) para prevenir o reaparecimento e a não contaminação dos ajustados socialmente. E assim foi percebida a necessidade de formação em conhecimentos reais do homem e de suas relações com a sociedade, possibilitando a criação de Escolas de Serviço Social.

O campo de atuação do Serviço Social pautava-se nas reformas e adaptações ao padrão da organização social satisfatória. Naquele momento prevalecia o pensamento católico europeu, as encíclicas papais e as propostas anticomunistas no discurso. **Os problemas eram vistos pelas profissionais como uma crise de formação moral, intelectual e social da família.** Quanto à moradia não bastava dar casa, mas era preciso educá-las - famílias - para habitá-las. E o pensamento hegemônico dizia que era mais difícil mudar a conduta das pessoas do que construir as casas.

Nesse contexto, **o assistente social atua normativamente na vida do trabalhador e de sua família:** faz parte do trabalho profissional cuidar dos hábitos de higiene e saúde, alimentação, moradia, desempenho social -atuando no ajustamento das condutas psicossociais.

É narrada pelos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) da época a importância do papel feminino na família, sendo ela a responsável pelo equilíbrio

dessa instituição social, pelo cumprimento dos deveres da boa formação física, higiênica, doméstica, moral e religiosa e quando fracassada tal instituição, o fracasso necessariamente advinha da má formação familiar da mulher. Além disso, coloca como primeira missão do Serviço Social, a preparação das famílias para enfrentar o trabalho feminino fora de casa sem perder o ambiente familiar. A saída da mulher para o trabalho externo traria mudanças significativas no modo de organização da vida em família. A mulher, por ser responsável na educação e manutenção da vida de seus membros, causaria abalos primeiramente nessa estrutura nuclear e, mais adiante, na sociedade. Este era o início da prática das assistentes sociais: educar a população para a saída da mulher sem que se alterasse “a conduta social” de seus membros.

A explicação das desigualdades sociais pelo terreno ideológico da moralidade foi encampada pelo Serviço Social ou, como denomina Raul de Carvalho, pelas **“modernas agentes da caridade”**. Estas mediarão a transmissão dos ideais burgueses como forma de legitimar um projeto societário. A via de objetivação deste projeto ético-político foi a família e está centrada na mulher.

Contraditoriamente, o projeto ético-político de Serviço Social neste período histórico, segundo Vicini (1990), assentava-se em bases coerentes. Vicini, em sua dissertação de mestrado, estudou as pioneiras do Serviço Social valendo-se de depoimentos de algumas daquele período histórico. Coloca que essas profissionais utilizaram-se de recursos possíveis para a implantação da profissão. No depoimento de D. Edith, (que cursou um dos primeiros cursos sobre o social que foi dado no Colégio “Des Oiseaux” e, a partir da Ação Católica participou da criação da JOC feminina) essa posição é justificada:

(...) se a ação social age sobre as grandes massas e procura criar ou modificar as instituições, o Serviço Social age sobre os indivíduos e as comunidades mais restritas (...). (Vicini,1990:180)

E reforça que:

(...) os conflitos no terreno político, profissional e até familiar têm sua raiz na falta de preparação do mundo moderno para a vida social (...). É missão do Serviço Social promover os meios necessários para auxiliar a pessoa humana a portar-se neste mundo (...). (Vicini,1990:180)

A Educação Popular⁹ era o foco dos Centros Sociais, que surgiram a partir das creches de fábrica e patrocinava trabalho com as famílias, direcionando uma maior atenção às necessidades da mulher operária. Os Centros se diferenciavam de outras obras sociais porque, ao “considerar o homem em sua vida total, vai atingí-lo na sociedade primeira e mais natural, a família”. (Dona Edith, Vicini, 1990:184).

O depoimento dessa pioneira ratifica os conteúdos dos TCCs pesquisados (Fernandes e Mello, 2003):

“A importância de se procurar conhecer as famílias das alunas para assim estender a ação da Escola é visível. Além de agir em relação a cada família, diretamente, a Escola propaga livros e realiza palestras e círculos periódicos com assistência dos pais. Os assuntos debatidos são sempre referentes à educação dos filhos, à questão de higiene etc”(Limongi, 1939:61).

Os Centros, de fato, atribuíam-se a missão de educar para a vida, começando pela mulher, mãe de família, justificando aí o foco dos programas sociais para as mulheres operárias.

“Como ser mortal a mulher é destinada à vida do lar, condensada nestas três palavras: filha, esposa e mãe. Estes são os três destinos essenciais da mulher na ordem natural” (Rosseto, 1940:59).

“Verificamos que a família operária sofre as consequências da falta de formação higiênica, moral e econômica. Isso tudo devido, em grande parte, à falta de preparo, de formação familiar da mãe de família” (Soares, 1941:40).

Como já afirmamos anteriormente, a ação do Serviço Social pautou-se no movimento impulsionado pelas bases do pensamento conservador católico que, desde o começo do século, pregou o fortalecimento do núcleo familiar mesmo com o enfraquecimento dos alicerces sociais para o enfrentamento dos problemas e desajustamentos individuais e sociais. Por isso tanta dedicação para preservar e salvar a “instituição primeira da sociedade”, a família, como uma das formas de combater as principais causas dos problemas sociais.

⁹ Seguindo este raciocínio, segundo D. Edith, os cursos de Educação Popular não se limitavam à simples alfabetização. A definição de educação popular foi determinada em 1949 na Conferência da Dinamarca como: “estudos voluntários, realizados por indivíduos adultos, em vista de desenvolver - sem visar em primeiro plano aumentar sua competência profissional - suas capacidades e aptidões pessoais, para assumir mais largamente suas responsabilidades sociais, morais e intelectuais, dentro da comunidade local, nacional e mundial”. (D. Edith, Vicini, 1990:182)

Nessa contextualização sócio-política da inserção social da profissão, compreendeu-se o caminho percorrido para uma atuação possível do período. Nesse mesmo sentido, serão apresentadas no próximo capítulo as influências do desenvolvimentismo brasileiro para o crescimento profissional, ancorado nas bases estabelecidas da doutrina social da Igreja e no assistencialismo.

2. DO DESENVOLVIMENTISMO AO GOLPE DE ESTADO: A EXPANSÃO PROFISSIONAL CONSERVADORA (1946-1964)

2.1 – A ideologia desenvolvimentista econômica x discurso conservador-moderno

É possível afirmar que havia naquele início de 1946 um quadro geral de expectativas otimistas quanto às possibilidades de crescimento da economia brasileira. Dentro do plano mais geral em que se destaca o renascimento da democracia e da atividade política com amplas liberdades esperava-se, naquele início de 1946, que a economia brasileira, sem as conseqüências da guerra, pudesse avançar no processo de desenvolvimento, principalmente industrial. Uma das razões mais evidentes para a existência deste quadro de expectativas positivas quanto à economia era a então recém inaugurada Companhia Siderúrgica Nacional - CSN - reconhecida, corretamente, como ponto fundamental para o crescimento do setor industrial. Mas também havia entre o empresariado nacional perspectivas favoráveis quanto à economia nacional.

Vargas procurou antecipar-se. Estabeleceu uma nova lei eleitoral, marcou para 2 de dezembro de 1945 as eleições para presidente da República, senadores e deputados federais e aboliu a censura. A oposição aglutinou-se numa ampla frente que reunia desde conservadores e liberais até os socialistas. A campanha bipolarizou-se entre duas candidaturas oriundas dos quadros das forças armadas. Venceu o Marechal Dutra empossado em 31 de Janeiro de 1946. O presidente Dutra formou um governo de conciliação, atraindo também políticos da UDN para integrar o ministério. Procederam-se a redemocratização institucional do país, com a remoção do arcabouço legal autoritário e a promulgação da nova constituição do país, ocorrida em setembro do mesmo ano. A partir daí, o processo de redemocratização estendeu-se aos Estados e municípios.

O período compreendido entre 1946 e 1950 apresenta aspectos que definiram o bem sucedido processo de diversificação e expansão ocorridos principalmente na indústria nacional.

No plano social, buscou-se ampliar a geração de empregos, sobretudo através de expansão industrial. Com isso objetivava-se integrar o proletariado e as massas populares despossuídas à sociedade moderna, inclusive com o apoio de uma política salarial visando o progressivo aumento do poder aquisitivo dos ganhos

do trabalho e a criação de mecanismos que possibilitassem o acesso dos trabalhadores à previdência social.

De caráter desenvolvimentista, Eurico Dutra reuniu sugestões de vários ministérios e deu prioridade a quatro áreas: Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (cujas iniciais formam a sigla SALTE). Os recursos para a execução do Plano SALTE seriam provenientes da Receita Federal e de empréstimos externos. Entretanto, a resistência da coalizão conservadora e a ortodoxia da equipe econômica acabaram por inviabilizar o plano que praticamente não saiu do papel.

O governo Dutra encerrava-se marcado pela retomada do crescimento interno, pela permanência do processo inflacionário e pela manutenção do desequilíbrio financeiro do setor público, mas favorecido por uma elevação dos preços internacionais do café.

A ideologia desenvolvimentista populista surge para a incorporação da emergência das massas no jogo político nacional, ao mesmo tempo em favor e submissão ao projeto de desenvolvimento capitalista.

Juscelino Kubitschek foi eleito em 1955 com João Goulart na vice-presidência. Toma posse apenas em 1956, por questões de impugnação dos militares ao seu mandato. Com um discurso desenvolvimentista e com o lema "Cinquenta anos (de progresso) em cinco (de governo)", seu Plano Nacional de Desenvolvimento, conhecido como Plano de Metas, privilegia os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. O Plano estimulou o crescimento e a diversificação da economia.

O capital estrangeiro é atraído pela ampliação dos serviços de infra-estrutura como transporte e fornecimento de energia elétrica. Isso favorece a implantação do grande pólo automobilístico na região do ABC paulista.

Para incentivar o desenvolvimento da Região Nordeste, que assiste à eclosão de reivindicações do homem do campo organizado nas Ligas Camponesas, cria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Com os investimentos externos, Kubitschek estimula a diversificação da economia nacional, aumentando a produção de insumos, máquinas e equipamentos pesados para a mecanização agrícola, fabricação de fertilizantes, frigoríficos, transporte ferroviário e construção civil. No início dos anos 60, o crescimento do setor industrial começa a superar a média dos demais setores da economia.

Em 1957 – Inicia-se a construção de Brasília para ser a nova capital federal. O projeto urbanístico é do arquiteto Lúcio Costa e os principais prédios governamentais são projetados por Oscar Niemeyer. A idéia de transferir a capital para o interior do país para integrar melhor todo o território e facilitar o desenvolvimento do interior já estava registrada na Constituição de 1891.

Ele sai do governo deixando grande crescimento econômico – média de 7% ao ano – baseado na industrialização. Como herança negativa, há desequilíbrio nas contas públicas e inflação alta. Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), vence as eleições para a Presidência da República. João Goulart (PTB-PSD) é eleito vice-presidente.

O ex-governador paulista Jânio Quadros toma posse na Presidência em janeiro em 1961. Defende uma política externa independente e a defesa da soberania nacional. Adota a política de austeridade econômica ditada pelo FMI, restringe o crédito e congela salários.

O projeto janista propunha um desenvolvimento harmônico e humano. Percebendo a causa da crise na crise moral e político-social, propõe soluções motivadoras, justiça social e solidariedade. Centrava o desenvolvimento no homem, dentro da ordem no respeito à dignidade da pessoa.

Era de urgência a realização de uma Reforma Institucional ante a inadequação das instituições vigentes. Esta reforma, abrangendo não apenas as instituições legais, mas também o regime de propriedade, atingindo aqueles cujo sub-aproveitamento e não aproveitamento produtivo é responsável pela marginalidade social, econômica e política de amplas parcelas da população. Projeta uma reforma agrária para aumentar a expansão capitalista no setor rural e alargar o mercado interno.

A ênfase no social não é um alvo demagógico no projeto janista; tinha uma perspectiva moralizadora e de justiça social. A ideologia janista propunha diminuição da pobreza para que a democracia se fizesse constituir num plano econômico e a nação pudesse articular-se num todo harmônico e equilibrado contraria a ideologia de Juscelino.

Na tentativa de fortalecer sua autoridade, o presidente inicia a campanha de descrédito dos políticos, mas renuncia em 25 de agosto do mesmo ano. Os setores militares e políticos não admitem entregar o poder ao vice-presidente, João Goulart, por suas posições mais à esquerda. Sua posse só é aceita com a condição de o

Congresso instituir o parlamentarismo.

A Constituição, de 1946, é reformada e estabelece esse regime de governo. Reduzem-se, assim, as prerrogativas do presidente e o governo passa a ser exercido pelo gabinete ministerial, chefiado por um primeiro-ministro. João Goulart aceita a solução.

Na Presidência, no período de 1963 a 1964, João Goulart mobiliza suas forças políticas e submete a forma de governo a um plebiscito. O parlamentarismo perde e o presidencialismo é reestabelecido. O presidente lança o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social que enfrenta oposição no Congresso e desconfiança do empresariado nacional e estrangeiro. Também mobiliza a população em favor das reformas de base – agrária, bancária, tributária, fiscal e administrativa, entre outras – tratadas por ele como essenciais ao desenvolvimento.

Responsabilizado pela carestia e pelo desabastecimento pela oposição, que também o acusa de preparar um golpe comunista, o presidente João Goulart promove grande comício popular em frente à estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março, com a presença de 300 mil pessoas. Seis dias depois, seus adversários reagem com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A tensão cresce e, no dia 31, tropas de Minas Gerais e São Paulo avançam sobre o Rio onde o governo tem o apoio das Forças Armadas. O golpe militar destitui o governo e implanta o Regime Militar. João Goulart se refugia no Uruguai.

2.2 – A expansão profissional e as influências estrangeiras na profissão: a metodologia caso, grupo, comunidade e o desenvolvimento de comunidade

A partir dos anos 1940, há um maior recrutamento dos agentes profissionais, surgindo um novo segmento profissional devido ao fato de ser considerado que, no segundo pós-guerra, seriam necessários mais profissionais para operacionalizar as propostas políticas. As escolas de Serviço Social americanas ofereceram bolsas de estudos aos estudantes brasileiros da área que, deste modo, sofre influência norte americana no modo de intervenção da prática profissional como, por exemplo, o Serviço Social de Caso.

O ingresso da pequena burguesia nos quadros profissionais é imediato. Esta diversificação altera significativamente o contexto da categoria, pois estes novos

componentes não eram movidos por religião ou por vocação de servir. Estavam em busca de qualificação profissional, de carreira, de melhores salários.

A ascensão social, posse de bens materiais e estabilidade, gera uma inversão de valores, no qual a preocupação em produção de práticas com impactos sociais se volta a objetivos próprios, fonte de alienação.

Práticas burocráticas, alienadas e reducionistas, destituídas de referencial histórico-crítico, foram o resultado material de todo esse processo, marcado ainda por uma intensa des-solidarização da categoria profissional, que incidia tanto sobre seus próprios pares como sobre suas relações com outras categorias profissionais (Carvalho, 1980: 135).

O Serviço Social caminhava vinculado a quem detinha o poder e entre estes o Estado, a Igreja e a burguesia no seu processo de institucionalização.

É neste período que os Estados Unidos da América aumentam sua hegemonia com a economia capitalista e assinam acordo com um organismo de política internacional - a ONU. Então a OEA tem um significado estratégico na América Latina, com as políticas de planejamento e de desenvolvimento de comunidade que estimularam e sustentaram o processo de modernização conservadora do Serviço Social.

A manifestação das contradições e lutas sociais se expressa também pelas práticas profissionais e, em particular, as profissões que atuam na área social. A partir das contradições que surgem do capitalismo monopolista, surgem também às formas de enfrentamento da questão social produzidas pelo próprio capital, tendo o Sistema S como exemplo e resposta às tais contradições.

Em 1946 é oficializado o SESI durante a nova Constituição. Este está voltado para o bem estar do operário com o auxílio do financiamento da burguesia: exige ampliação da Previdência Social e lazer do operariado. Pelos partidos políticos de esquerda, o SESI era considerado uma trincheira anticomunista.¹⁰

Em 1950, ocorre a formação especializada dos assistentes sociais em pós-graduação (administração e desenvolvimento de comunidade). Foi nesse mesmo período que ocorreu o *boom* universitário, o Serviço Social foi a profissão que mais se aproximou das idéias funcionalistas e desenvolvimentistas.

¹⁰ Também no mesmo ano foi criado o Leão XIII pelo presidente da República com o intuito de recuperar as pessoas da favela do Rio de Janeiro, capital brasileira da época. Propõe a educação como grande solução para o fim da pobreza.

É um período propício ao adentramento do Serviço Social de Grupo nos programas nacionais do SESI, LBA, SESC. Mas é na década de 1960 que ocorre a disseminação, tendo como relação estudos psico-sociais dos participantes com problemas da estrutura social e, como método, utilizavam-se das dinâmicas de grupo.

Este terreno mostra-se fértil também para as iniciativas do Desenvolvimento de Comunidade. O Desenvolvimento de Comunidade surge com a territorialização inglesa nos continentes asiático e africano. Utilizavam-se do método de integração cultural e a capacitação de força de trabalho dando ênfase ao capital.

O estudo da comunidade (desenvolvimento de comunidade) permitia que o assistente social superasse problemas comuns de uma determinada comunidade, era uma maneira de introduzir inovações e melhorias, dava estímulo a população a agir (como dar início ao processo), ajudava na evolução de um processo.

A partir da seção de Serviço Social, através do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, a Organização dos Estados Americanos (OEA), passou a exercer influência direta na formação e na prática profissional dos Assistentes Sociais na América Latina, promovendo e incentivando a articulação desses profissionais.

É na década de 1960 que as condições objetivas e subjetivas das sociedades nacionais e da profissão no continente latino - americano colocam a possibilidade política para a organização e a expansão do movimento de construção de um projeto de ruptura com o Serviço Social tradicional e de modernização conservadora do continente. E esse movimento provinha de experiências acumuladas nos anos 1950, quando ocorreu o grande *boom* na economia aos países já adeptos ao sistema capitalista. Em meados da mesma década, o Serviço Social na América Latina apontou para uma tendência crítica rompendo com o Serviço Social Tradicional. Esse momento foi chamado de reconceituação de Serviço Social e expressou as transformações societárias do capitalismo, mudanças no âmbito das Ciências Sociais e no interior da Igreja Católica, como a Teologia da Libertação.

Também nessa mesma década se observa a existência de um meio profissional em plena expansão. No decorrer desses anos, a profissão sofrerá suas mais acentuadas transformações, modernizando-se tanto o agente como o corpo teórico, metodológico e técnico por ele utilizado. Há, neste período, um significativo alargamento das funções exercidas por Assistentes Sociais, em direção à tarefa de

coordenação e planejamento que evidenciam uma evolução no seu status técnico da profissão. Assumem relevo e aplicação mais intensiva os métodos de Serviço Social de grupo e comunidade, nos quais o agente exigia uma nova caracterização de suas funções. No período de 1947 a 1961 ocorrem os dois primeiros Congressos Brasileiros de Serviço Social onde, essencialmente, se gestam as condições para o florescimento profissional. Estas condições amadurecem dentro de um contexto de expansão econômica e de afirmação do desenvolvimentismo como uma ideologia dominante.

A ideologia desenvolvimentista se define, assim, por meio da busca da expansão econômica, no sentido de prosperidade, riqueza, grandeza material, soberania, em um ambiente de paz política e social e de segurança quando, através do esforço de elaboração política e econômica, tentam eliminar o pauperismo, a miséria, elevando o nível de vida da população como consequência deste crescimento econômico.

Na busca do desenvolvimento brasileiro para sair da condição de subdesenvolvimento entra em cena o capital estrangeiro. Ao contrário do que se pensava, o capital estrangeiro teve um papel importante e positivo, representando o esforço da industrialização na abertura de uma frente atrativa para o ingresso e participação dos capitais externos.

Os resultados do progresso econômico não seriam segundo a ideologia de desenvolvimento estabelecida por Juscelino, exclusivo para alguns setores ou classes, pelo contrário, seria abrangido o conjunto da sociedade. Nesse sentido é que se veicula como ideologia desenvolvimentista a meta do trabalho com a coletividade e a valorização do homem brasileiro, trazendo como consequência o fim do pauperismo e a elevação do nível de vida.

Para os Assistentes Sociais, esse novo clima ideológico que emanava do Estado representava um momento importantíssimo para o desenvolvimento da profissão como agente de promoção ao progresso ideários da justiça social e da caridade (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000)

Desta maneira, foram desenvolvidos trabalhos e conclusões por grupos de estudos e comissões para situar o Assistente Social nas mais diversas frentes do campo social.

Constatava-se também que as novas concepções político - sociais e o processo de industrialização traziam maiores responsabilidades para o Serviço

Social e que o meio profissional estava empenhado em preparar-se para assumir essas responsabilidades. Para diversos campos - Previdência, Serviço Social Médico, Reabilitação - solicitava-se maior especialização na graduação, supervisão especializada e cursos específicos de pós-graduação. Para atuação em Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC) e Desenvolvimento de Comunidade (DC), estabeleciam-se mudanças mais radicais. Para tanto era necessário o reaparelhamento das escolas de Serviço Social, a organização de cursos específicos de pós-graduação – reforma curricular, de maior aproximação das escolas em relação à comunidade e às agências que executam os programas de DOC e DC.

Os Assistentes Sociais aceitam o desafio de sua participação no novo projeto desenvolvimentista, exigem posições e funções, e avaliam as formas para preparar-se para desempenhá-las a contexto. Propõem-se, através do DOC e DC, a contribuir para o processo de aperfeiçoamento exigido pelo desenvolvimento participando num processo de mudanças estruturais que têm em vista integrar amplas parcelas da população, que subsistem marginalizadas ao progresso.

As intervenções e resoluções do II Congresso Brasileiro de Serviço Social eram ambíguas quanto a essas questões. Havia a consciência da agudização das contradições sociais, da existência de entraves estruturais e das necessidades de superação dos mesmos. Os métodos e técnicas ligados ao DOC e DC são situados como formas de participar das mudanças.

As posições definidas se orientarão, basicamente, para uma perspectiva modernizadora e de um reformismo muito temido. Procuram soluções técnicas para os grandes problemas estruturais, criticam as práticas paternalistas das grandes instituições assistenciais, constataam a inadequação das estruturas político-administrativas às exigências do desenvolvimento sócio-econômico. Reafirma-se a necessidade de uma legislação agrária, de uma revisão da legislação social e de sua extensão às populações rurais.

A introdução das técnicas de DOC e DC se enquadram nos marcos desse novo tipo de relacionamento. Penetrando no país através de programas e seminários patrocinados por organismos internacionais – sob a bandeira da modernização do meio rural através da educação de adultos – essas técnicas alcançam rápida difusão e importância na política assistencial do governo central.

A partir da renovação de idéias, valores e orientações de comportamento

emanadas da nação hegemônica, as técnicas de DOC e DC, ao serem incorporadas pelo Estado, passam a se colocar como problema básico para o Serviço Social – novas perspectivas para a atuação em cima da questão social. A população cliente é sempre objeto e nunca sujeito da sua própria história.

Segundo Souza, o trabalho comunitário enquanto processo técnico-metodológico havia chegado ao Brasil na década de 1940. A sua disseminação enquanto prática, entretanto, somente se inicia no final da década de 1950 para o início da década de 1960.¹¹

A partir da organização de comunidades eram pretendidas reformas sociais que, por sua vez, poderiam atingir o núcleo dos problemas sociais. Esse tipo de trabalho tem possibilidades de desenvolver-se devido ao ideário liberal e também cooperativista. Conta com o apoio da Igreja que implementa uma série de experiências isoladas de trabalhos comunitários.

São as escolas de Serviço Social que iniciam trabalhos de formação do profissional de DC, sendo pioneiras na introdução e disseminação inicial de idéias e sistematização de ações destinadas aos trabalhos comunitários.

A discussão de DC no Brasil foi possível a partir de alguns eventos de natureza internacional, como metodologia a ser aplicada nas regiões subdesenvolvidas. O objetivo desse trabalho era de organizar a comunidade para a mesma desenvolver-se. Foi também utilizada como estratégia de superação da problemática de subdesenvolvimento do meio rural e a educação de adultos.¹²

A partir do governo de Juscelino Kubitschek, as forças ligadas ao capital monopolista penetram no Brasil que busca nos órgãos públicos uma política modernizadora dos valores e atitudes da população, de modo a ampliar o mercado de consumo e instrumentalizar técnica e disciplinarmente o mercado de trabalho

¹¹ É institucionalizado nos Estados Unidos e visava a organização e estruturação de grupos e serviços institucionais de bem-estar social. No ano de 1944, a Escola de Serviço Social de São Paulo anexa ao seu currículo a disciplina Organização de Comunidade que, mais tarde, integra o currículo das demais escolas de Serviço Social no Brasil.

¹² Na década de 1950, é criado o Serviço Social Rural por conta da questão agrária fazer parte da discussão no cenário político brasileiro. A Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil promove, em julho de 1960, o Seminário Nacional sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. No cenário brasileiro, a questão agrária é alvo de grandes conflitos e tensões sociais, necessitando de uma reforma agrária urgente. E como afirma Souza, o Serviço Social Rural atravessa esta questão e assume a problemática rural como questão a ser resolvida pela educação social do homem rural, pela introdução de novas tecnologias, pelo desenvolvimento da sociedade entre os grupos que compõe as comunidades rurais. Para atender a demanda de tal problemática, o DC é tomado como metodologia básica de trabalho.

disponível. E, concordando com Souza, a comunidade é um meio importante para a disseminação dessa política, não só no nível da mudança de valores, mas também de atitudes a serem assumidas pela população.

2.3 – A ausência da temática família nas fontes analisadas e a presença nos Congressos Profissionais

Dentre os documentos selecionados para análise deste trabalho, este período histórico está descoberto quanto às sistematizações teóricas sobre a família no Serviço Social. Foram encontrados materiais sobre os Congressos em que estava apenas citada a importância da família na discussão teórica. Por isso buscamos outras fontes históricas como livros e escritos de Congressos profissionais.

Vieira (1980) trouxe uma importante contribuição para a construção de sua análise, onde aponta a modificação no papel da família passando de patriarcal a conjugal. Argumenta que no início do século XX, a função da família conserva a procriação, educação afetiva e moral e de manutenção. É considerada célula básica da sociedade, mas as demais funções - instrução, assistência, recreação etc.- foram delegadas à Igreja, à comunidade e/ ou ao Estado. Do ponto de vista da assistência, a família passou de agente a cliente do Serviço Social. Procura-se obter sua colaboração e a dos parentes na ajuda ao indivíduo. Este não é mais visto isoladamente, mas em conjunto com os demais membros da família, pois não há lógica em ajudar um dos membros sem também ajudar os outros. A família é entendida como um todo. Relaciona a família como colaboradora do Serviço Social, no âmbito da guarda e educação, crianças abandonadas ou afastadas do seu ambiente familiar.

No mesmo estudo, Vieira segue para o Serviço Social brasileiro a classificação de Arthur E. Finck, escrito em seu livro *“The field of Social Work”*, em 1941, nos Estados Unidos da América, na qual se divide o Serviço Social em campos de atuação de acordo com os problemas a serem resolvidos, clientela e recursos. A divisão é esta: campo da família, menores, escolar, psiquiátrico, médico-social, correccional, grupo e comunidade. O campo da família inclui a ajuda individual ao indivíduo e à família considerada como unidade, para a solução de problemas de manutenção econômica, relacionamento conjugal, organização material do lar, educação dos filhos, relacionamento com parentes e vizinhos. No início da prática profissional, nos Estados Unidos da América, e mesmo em nosso país, acreditava-

se que esses problemas tinham como causas o ambiente. Portanto, este devia ser mudado ou o cliente retirado para outro ambiente propício: a manipulação dos clientes e das situações era perfeitamente legítima.

Os assistentes sociais americanos referem-se a este período como “sociológico”, pois o que somos como indivíduo é determinado pela espécie de ambiente ou de ordem social na qual vivemos. A técnica utilizada é o tratamento individual: a relação do indivíduo e sua família, sendo que esta era sempre incluída no tratamento do paciente. O tratamento individual era utilizado no trato com o usuário como foco do problema; pois era depositado o membro problema aos profissionais para curá-lo, tratá-lo para que toda a família se mantivesse na ordem. O campo de Serviço Social Familiar servia de base a todos os demais.

Com a influência da sociologia na profissão no decorrer dos anos, dava-se muita importância à relação entre a pessoa e o ambiente. O ambiente era considerado condição para que a pessoa tivesse uma vida normal. Por isso a importância da família nas relações sociais, uma vez que era vista como “a base de tudo”, “célula máter da sociedade”.

Em estudo realizado por Nascimento, na área da história e arquitetura, é analisado o discurso assistencialista do período de 1930-1940. Faz-se uma crítica ao discurso moralizante das assistentes sociais, que têm aprofundado suas idéias em trabalhos de conclusão de curso do período estudado e identifica que nos relatórios de atividades “dignificavam e elegiam o lar burguês como modelo familiar, e por outro, desqualificavam o modo de viver das camadas populares, estavam forjando concepções do cotidiano nas favelas e nos cortiços de cidade”.

O instrumental das assistentes para atingirem seus objetivos era a educação, mote do discurso de reajustamento social, do “trabalho profundo de reeducação” (CHAGAS, 1946, in Nascimento, 2006). Este tipo de ação profissional somente teria efeito se atendessem à família. Esta deveria ser contemplada em sua totalidade, para que com os seus elementos ajustados pudesse contribuir para o engrandecimento da nação. A família era entendida como aquela nuclear em que o pai, chefe da família, era o responsável pelo sustento do lar. A mãe, essencialmente vocacionada para os serviços domésticos, era peça chave na organização do lar, podendo eventualmente ser operária e os filhos eram os futuros trabalhadores. A cada um destes elementos cabia um dado papel que, na visão das autoridades intervencionistas, não estava sendo devidamente cumprido, fruto da crise moral,

social e econômica que assolava a sociedade urbana industrial (NASCIMENTO, 2006).

Como mencionado anteriormente, outra fonte de material para análise sobre a família na profissão que encontramos foram os relatórios dos Congressos.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social é promovido em 1947 pelo CEAS¹³. Nesse encontro, foram reunidos representantes das principais entidades particulares e governamentais abrangendo grandes campos de teses apresentadas, que podem ser sintetizadas em:

- Exposição de experiências de implantação de Serviço Social em entidades e programas específicos: SENAI, SESI etc.

- Áreas de atuação e campos de atuação: Serviço Social e doenças venéreas, delinquência infantil, refugiados em função da guerra, Serviço Social Médico, Serviço Social na Indústria, Serviço Social Escolar, etc. A preocupação central pautava-se nas condições da família proletária e formação de líderes através do Serviço Social de grupo.

- Ensino e reconhecimento profissional: formação de assistentes sociais, supervisão de estágio, segredo profissional, atuação de entidades ligadas à ação católica.

Muitas foram as recomendações desse Congresso em relação ao trabalho profissional em todas as áreas de atuação. A família foi foco de ação, sendo prioridade a criação de órgãos de assistência integral a ela, moradias populares, criação de serviços aos seus membros.

Em 1949, ocorre o Segundo Congresso Pan-Americano de Serviço Social, cujo o tema central esteve no Serviço Social e na família. Foi travado o primeiro confronto dentro da profissão, onde o Serviço Social poderia contribuir para os problemas econômicos da família, porém, diante da crise, não poderia o Serviço Social deter-se em tratamento de casos individuais e, sim, utilizar mais técnica, mais planejamento e mais ação social, pois era o momento de execução do aprendizado adquirido nos Estados Unidos da América.

¹³ É apresentado como um encontro preparatório para o 2º. Congresso Pan-Americano de Serviço Social, a ser realizado no Brasil, em 1949.

3. A DITADURA MILITAR E A EXPANSÃO PROFISSIONAL (1965- 1984)

3.1 – Conjuntura histórica: decorrências para o tratamento do tema da família

O movimento armado que depôs o governo de João Goulart (Jango) e rompeu com o modelo ancorado na Constituição de 1946 em março de 1964, tinha como tarefas básicas, além de assegurar a consolidação da nova ordem imposta, afastar do poder político os representantes nacional-reformistas e de esquerda. Para assegurar o controle do país, foram desmanteladas e neutralizadas as organizações populares que apoiavam o governo Jango.

Podemos citar como exemplos o incêndio propositalmente provocado na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro no dia 1º de abril de 1964 e sua extinção em 27 de outubro do mesmo ano pelo Congresso Nacional e a fuga de Jango para o Rio Grande do Sul, posteriormente exilando-se no Uruguai.

Naquele ano, no dia 9 de abril de 1964, o Ato Institucional¹⁴ número 1 é decretado. Suas principais medidas eram: poder ao presidente da república para suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão, cassar qualquer parlamentar com ideais contrários ao regime, além de poder indicar o presidente e o vice de maneira indireta. No dia 11 de abril é eleito o presidente Castelo Branco, tendo como vice José Maria Alkmin.

Nesse período estima-se que além de Jango, houve entre 10 e 50 mil políticos suspensos de seus mandatos ou mesmo presos. Sindicatos, federações operárias e ligas camponesas também sofrem sanções nesse período.

O governo sob poder dos militares tinha duas orientações básicas para garantir a segurança nacional: a primeira era o desenvolvimento econômico do país e a segunda, afastar o perigo da ameaça do comunismo internacional que vigorava desde o fim da segunda guerra mundial. Segundo BRUM (2002), a "paz social e econômica" não era conseguida propriamente através da superação dos desequilíbrios sociais e regionais, mas, sim, através do controle coercitivo exercido pelo Estado autoritário. O desenvolvimento era concebido como crescimento

¹⁴ Para Ato Institucional será utilizada a sigla AI.

econômico e tais medidas, além de um alinhamento maior com o Estados Unidos, visavam atrair mais investidores estrangeiros para uma maior acumulação de capital.

Apesar das necessidades sociais terem tido uma sensível melhora em decorrência do crescimento econômico, essa não era a meta do governo militar que tinha como objetivo transformar o Brasil numa potência mundial. Para isso, o desenvolvimento do setor de infra-estrutura era um dos pontos-chaves da atuação militar e os aspectos sociais, como saúde pública, educação, habitação popular de baixo custo, transporte coletivo e produção de bens de consumo para a massa, não eram considerados prioritários e foram deixados num segundo plano.

No dia 27 de outubro de 1965, é instituído o AI-2, tendo como medidas principais a extinção dos partidos políticos e a eleição indireta para a presidência. Em medida complementar ao ato, são criados dois únicos partidos: a Aliança Renovadora Nacional – ARENA – e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Posteriormente, no dia 5 de fevereiro de 1966, através do AI-3, as eleições para governador passam também a ser indiretas e os prefeitos unicamente indicados pelos governadores.

Essas medidas atingiram diretamente a população que, a partir de então, não poderia eleger seus representantes em nenhuma instância de governo, além de alinhar as ações e ideais com as do governo federal. Outro ponto-chave do período é o fechamento do Congresso Nacional e a prisão de opositores políticos ao AI-3.

No dia 07 de dezembro de 1966, é instituído o AI-4 no qual se observa como principal medida adotada, pelo governo Castelo Branco, a revogação da Constituição de 1946, sob alegação de que devido à mesma ter sofrido uma série de modificações estaria completamente desfigurada. No dia 24 de janeiro de 1967 é instituída uma nova constituição brasileira.

Nesse período cresce a oposição popular, principalmente pela ordem de cumprir a primeira Lei de Segurança Nacional do regime militar, na qual passava vigorar como crime qualquer forma de subversão ao regime, transformando a família do acusado a ser vigiada e o acusado passível de ser expulso do Brasil. Para combater essa situação, no dia 15 de março de 1967, é empossado o novo presidente do Brasil, o marechal Artur Costa e Silva, considerado um presidente linha dura contra os opositores do regime.

No seu governo, Costa e Silva, decreta, no dia 13 de dezembro de 1968 o AI-5, considerada a época mais sombria do regime militar.

O AI-5 dava poderes praticamente ilimitados ao governo central, uma vez que o presidente poderia decretar a qualquer momento recesso por tempo indeterminado do Congresso Nacional, intervir em estados e municípios, além de poder suspender quaisquer direitos políticos de qualquer cidadão suspeito ao regime. Somando-se a isso, toda a imprensa e meios de comunicação estavam proibidos de vincular qualquer notícia ou crítica ao regime militar.

Nessa época, além de 88 parlamentares cassados, são proibidos de exercer a profissão ou são exilados professores universitários como: Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e muitos outros.

Ainda sob a ótica universitária, ocorre de maneira clandestina o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, interrompido através de intervenção militar com a prisão de inúmeros estudantes.

Ao ideário instalado no país, nesse contexto, é criada em 1969 a disciplina de Educação Moral e Cívica, sendo uma tentativa de condicionar as novas gerações, além de desenvolver o patriotismo.

Em decorrência da saúde debilitada, Costa e Silva afasta-se do poder e o país é governado por uma Junta Militar, até meados de outubro, quando, no dia 25 de outubro de 1969, Médici e Rademaker são indicados e assumem o comando do país no dia 30 de novembro deste mesmo ano.

Se o governo anterior era considerado linha dura, o general Emílio Garrastazu Médici foi considerado o mais repressor e autoritário dos anos da ditadura. Foram estabelecidos limites e restrições nas liberdades democráticas, implantado o terror psicológico, prisões arbitrárias, sequestros, confinamentos, tortura e assassinatos.

Entre artistas famosos, podemos citar a prisão de Caetano Veloso e Gilberto Gil no dia 28 de dezembro de 1968, em decorrência de mensagens consideradas subversivas vinculadas nas letras de músicas compostas e interpretadas por eles.

Contraditoriamente, esse período, até meados do ano 1974, é considerado o período do milagre econômico vivido pelo país, com taxas de crescimento superiores a 10% ao ano o que, de certa forma, mascarava a violência da ditadura.

Os anos de chumbo, como também são conhecidos na literatura, marcaram a atuação de diversos grupos e órgãos de repressão, como: Comando de Caça aos Comunistas – CCC –, Departamento de Operações Internas e Comando de Defesa Interna – DOI-CODI –, e Operações Bandeirantes – OBAN.

Além dos AIs já citados, tivemos outros cabendo destaque ainda para o AI-13, onde permitia-se o banimento de qualquer brasileiro inconveniente, nocivo ou perigoso do ponto de vista da segurança nacional.

Paralelamente, como forma de confundir a população e induzi-la a uma situação de otimismo, eram vinculados *slogans* com grande difusão nacional como: “Brasil, ame-o, ou deixe-o”, “Este é um país que vai para frente” e mesmo a vitória da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do mundo realizada no México em 1970 induzia o país a momentos de breve euforia. É criado, também por motivos políticos, o campeonato brasileiro de futebol em 1971.

Uma política com forte impacto popular foi a criação de canais de investimento para a compra de televisores, medida tomada para melhorar a percepção do regime militar pela população.

Como um dos resultados, houve reprovação, por parte da população, de tudo o que, fosse bom oriundo do Brasil, prejudicando a cultura brasileira de maneira decisiva. O que vinha de fora era considerado melhor, tendo como consequência a importação e boa aceitação do produto e cultura estrangeira, principalmente dos Estados Unidos. Os principais exemplos são as influências musicais, da indústria do cinema, no modo de se vestir e etc.

Entre 15 de março de 1974 e 15 de março de 1979, o Brasil teria um novo representante, o general Ernesto Geisel. O governo Geisel é marcado fundamentalmente por um período difícil na vida econômica do Brasil, afetado graças aos dois choques do petróleo, um no ano de 1973 e outro em 1979. Isso encareceu demasiadamente as contas do governo brasileiro, até então fortemente dependente do petróleo importado. A dívida externa crescia de maneira exagerada, deixando o país, apesar do crescimento econômico ainda alto, numa situação de vulnerabilidade e cada vez mais dependente do capital internacional. As greves, pelo menos nos setores estratégicos, como o de energia e telecomunicações, foram proibidas, causando ainda mais descontentamento junto à sociedade.

No final de 1978 é extinto o AI-5, o que já sinalizava a perda de vitalidade do regime vigente.

O governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo, que durou de 15 de março de 1979 até 15 de março de 1985, já foi marcado por uma grave crise econômica, fruto da década anterior que teve como ponto marcante a crise da dívida externa em 1982. Esse período foi também marcado pelo enfraquecimento do regime militar que

nesse governo inicia transição e o processo de reabertura política, com a criação e a volta de diversos partidos políticos e a anistia a muitos políticos e cidadãos perseguidos até então pelo regime militar.

Um dos fatores-chaves para o enfraquecimento do regime foi a desaceleração do crescimento econômico e a consequente deterioração de diversos indicadores sociais como: o aumento da inflação, a má distribuição de renda e a perda do poder aquisitivo da população, aumento do desemprego e diminuição dos salários. Frente a esses problemas, as greves eram comuns tendo entre as de maior destaque a greve dos metalúrgicos de São Bernardo, do setor automobilístico, sob comando do então sindicalista e mobilizador popular, hoje presidente, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em meio à crise e à falta de mobilidade do regime vigente, tramitava a aprovação da emenda “Dante de Oliveira”, que estabeleceria a realização de eleições diretas no ano de 1984. A emenda, apesar de não aprovada, não foi totalmente derrotada uma vez que o regime perdia cada vez mais o controle da situação e só permanecia no poder graças a força bruta e sem o devido respaldo popular.

Nessa época conturbada, cresciam os movimentos populares, acontecendo em São Paulo, no Vale do Anhangabaú, a maior manifestação popular da história brasileira até então, com cerca de 1,7 milhão de pessoas.

A próxima eleição, apesar de indireta, aconteceria entre dois presidencialistas civis, tendo como vencedor o candidato Tancredo Neves. Entretanto, devido a problemas de saúde, ele acabou falecendo antes de assumir o cargo assumindo então, o seu vice José Sarney.

Apesar de ter sido uma eleição indireta e do governo Sarney não ter resolvido os problemas econômicos e sociais que assolavam o Brasil, ele garantiu a redemocratização do país naquele momento histórico.

Nessa mesma época, além da volta dos partidos políticos, os partidos comunistas e com orientações de esquerda voltaram a existir.

Concordando com SERRA (2008), no que concerne às políticas sociais ao fim do regime militar, as mesmas não deixaram de caracterizar o sentido fragmentário e inorgânico que tiveram durante toda a história do Brasil. Jamais existiu uma política social articulada no Brasil. O que foi estruturado representa a fragmentação de uma política em várias faces discrepantes e, as vezes, contraditórias. Sempre tivemos, separadas, políticas educacionais, de Previdência Social, Habitacional, de

Saúde e Assistencial, em geral desarticuladas ou tratadas de um modo burocrático, corporativo ou vagamente assistencialista.

3.2 – O movimento de reconceituação profissional na ditadura militar: avanços e retrocessos na legitimação do Serviço Social

A erosão do Serviço Social Tradicional foi possível pelas condições vividas no Continente. No Brasil, apesar do autoritarismo presente na sociedade e nas academias universitárias, o Movimento assume características próprias de busca de construção metodológica, uma vez que estava esvaziada a possibilidade do debate político.

Nas palavras de NETTO (2002):

A reconceituação está intimamente vinculada ao circuito sóciopolítico latino-americano da década de sessenta: a questão que originalmente a comanda é a *funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento*. (...) ela é o ponto de partida para o processo que se esboça em 1965¹⁵ e que, genericamente, tem como objetivo expresso adequar a profissão às demandas de *mudanças sociais* registradas ou desejadas no marco continental – e que sensibilizavam o Serviço Social pelos mesmos condutos e sujeitos que, internacionalmente, forçavam e parametravam alterações profissionais.(p. 146, 147).

É no marco desse processo de reconceituação que os profissionais do Serviço Social buscarão embasamento teórico na tradição marxista, mesmo que seja esta em manuais de divulgação de qualidade muito discutível (Netto 2002: 148), ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista.

A renovação do Serviço Social poderia ser explicada, segundo Carvalho e Iamamoto (2000), como uma tentativa de resposta à crise de legitimidade do Serviço Social. Trata-se de uma dupla crise de legitimidade: funcional e social.

¹⁵ Segundo boa parte dos analistas, o arranque do movimento ocorre no I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre, em maio de 1965, com a presença de 415 participantes do Brasil, Argentina e Uruguai. Estes Seminários Regionais (o II ocorreu em 1966, no Uruguai, o III em 1967, na Argentina, o IV em 1969, no Chile, o V em 1970, na Bolívia e o VI em 1972, novamente em Porto Alegre) tiveram papel central no processo de reconceituação. Cabe notar que no Seminário de 1965 afloram, com nitidez, muitos dos núcleos temáticos que serão desenvolvidos e aprofundados na vertente modernizadora. No mesmo ano em que foi realizado o 1o. Seminário Latino-americano de Serviço Social em Porto Alegre foi fundada a Associação Latino-americana de Escolas de Serviço Social (logo depois Trabalho Social), ALAETS e, uma década depois, o Centro Latino-americano de Trabalho Social, CELATS, que tiveram grande importância na promoção do Serviço Social crítico.

Para a crise de legitimidade funcional, ou seja, com os empregadores, basicamente o Estado, a saída consiste na tecnificação da prática profissional, dando lugar a uma perspectiva modernizadora do Serviço Social. Entretanto, quando é uma crise de legitimidade social em relação às demandas dos usuários ou dos segmentos sociais com os quais o Serviço Social trabalha, a saída consiste em romper com as tradicionais instituições empregadoras dos profissionais, isto é, principalmente, com o Estado, dando lugar a uma perspectiva de intenção de ruptura. No entanto, fica claro que a pretensão de recriar o Serviço Social não cobre a totalidade das expressões do processo de renovação da profissão. Existia, também, junto com esta tendência, uma outra que se caracterizou pela modernização e tecnificação das práticas profissionais, numa tentativa de se adaptar às novas demandas tecno-burocráticas dos estados desenvolvimentistas.

Por isso, durante a ditadura, José Paulo Netto (2002) distingue a constituição da perspectiva renovadora em três categorias:

3.2.1 – Perspectiva modernizadora:

Nesta perspectiva o positivismo constitui o pano de fundo.¹⁶

¹⁶No positivismo procura-se utilizar o método científico das ciências naturais para também analisar a sociedade. Esta é uma das principais características do positivismo. Para realizar esta operação é necessário, portanto, tratar a vida social da mesma forma em que é tratada a natureza. Daí que exista uma naturalização, ou também, poderia dizer, a *coisificação* da sociedade.

Há no positivismo uma recusa a mergulhar naquilo que não tem existência empírica. A razão só pode conhecer verdadeiramente aquilo que pode ser verificado empiricamente, seguindo o exemplo das ciências naturais. Quando a razão procurar ir além da matéria empírica ela se perde (ou retorna para) (n)o terreno da metafísica. **Portanto, a essência não pode, nem deve, ser conhecida, porque ela está além das possibilidades cognoscitivas do ser humano.** Assim como a essência, também acontece com os fins últimos da ação humana (os valores sociais), eles também não são conhecidos racionalmente. Esta ruptura, fragmentação entre meios racionais e fins irracionais aparece, por exemplo, na análise das formas de ação social em Max Weber (1864-1920) e tem grande importância para o Serviço Social. Esta autolimitação epistemológica traz como consequência a atitude conhecida como atitude agnóstica.

Contudo, existe no positivismo, um ponto de vista parcialmente verdadeiro, já que, com efeito, o processo de reificação que está na base da análise do positivismo, efetivamente acontece socialmente e não apenas mentalmente. No trabalho assalariado, os indivíduos se relacionam entre si e consigo próprios como portadores de mercadorias sempre dispostos a estabelecer relações de troca. Na produção capitalista, opera continuamente este processo de compra-venda de força de trabalho como se fosse uma mercadoria, uma coisa com valor de uso e valor de troca. Este processo se expressa na razão calculista, na forma de predomínio da forma mercadoria, ou seja, do valor de troca as propriedades quantitativas dos produtos, sobre as propriedades qualitativas (o [valor de uso](#)). Por isso o caráter formal ou abstrato deste tipo de racionalidade. No positivismo temos a tentativa de analisar a sociedade como se ela fosse uma coisa, ou seja, de um modo naturalista. Portanto no positivismo temos a consciência teórica do processo de reificação. O positivismo opera no limite da reificação, sem conseguir ir além desse limite, ou seja, sem fazer a crítica ao processo de reificação da vida social. Poderíamos dizer que, no positivismo, existe a tendência, com base no processo de reificação da sociedade de privilegiar as dimensões quantitativas sobre as qualitativas, o valor de troca sobre o valor de uso, em todas as esferas da vida social.

Trabalha no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção, às exigências postas pelos processos sóciopolíticos, emergentes no pós-1964. É uma perspectiva que no Brasil encontra seu auge na segunda metade dos anos de 1960 com os textos dos Seminários de Araxá (1967)¹⁷ e Teresópolis (1970).

Em Araxá, as discussões entre os 38 assistentes sociais do país estavam entre: a preocupação se o Serviço Social é ou não uma ciência, sobre a atuação institucionalizada do Serviço Social (que se caracteriza pela atuação junto a indivíduos com desajustamentos familiares). O grupo aponta ainda a evolução do Serviço Social no Brasil em paralelo ao Estado paternalista, tal coincidência acabou por atrelar a imagem da profissão à prestação de serviços assistenciais. Nesse mesmo encontro, reiteram-se os princípios tomistas que marcaram as origens da profissão.

Os assistentes sociais reunidos em Araxá definiram ainda os objetivos remotos e operacionais¹⁸ do Serviço Social:

Pode ser considerado como o provimento de recursos indispensáveis ao desenvolvimento, à valorização e à melhoria de condições do ser humano, pressupondo o atendimento dos valores universais e a harmonia entre estes e os valores culturais e individuais. Esses valores funcionam como um quadro de referência de bens tangíveis e intangíveis, que informa o plano operacional do Serviço Social (CBCISS, p. 27) *in* Netto, 2002.

O idealismo nesse período estava presente, era fato acreditar nas idéias mais do que na própria realidade, porém, foi nesse período conturbado da ditadura militar que foi possível repensar o Serviço Social enquanto profissão.

O Seminário de Teresópolis, ocorrido em 1970, foi também organizado pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais), com

¹⁷ O Documento de Araxá reflete o pensamento da elite tecnocrática brasileira, pois reúne os assistentes sociais que haviam deixado de trabalhar nas obras sociais, nos morros, nas favelas, nas fábricas, nos círculos operários e passaram a ocupar postos e cargos na administração estatal. (*in* Netto, 2002).

¹⁸ a) Identificar e tratar problemas ou distorções residuais que impedem indivíduos, famílias, grupos, comunidades e populações econômico-sociais compatíveis com a dignidade humana e estimular a contínua elevação desses padrões; b) colher elementos e elaborar dados referentes a problemas ou disfunções que estejam a exigir reformas das estruturas e sistemas sociais; c) criar condições para tornar efetiva a participação consciente de indivíduos, grupos, comunidades e populações, seja promovendo sua integração nas condições decorrentes de mudanças, seja provocando as mudanças necessárias; d) implantar e dinamizar sistemas e equipamentos que permitam a consecução dos seus objetivos.

o propósito de analisar a questão da metodologia profissional do Serviço Social. Neste sentido, as idéias apresentadas por Lucena Dantas são as mais relevantes, por causa da coerência e competência teórica deste profissional.

3.2.2 – Perspectiva de reatualização do conservadorismo

É uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática e os “repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana” (Netto, 2002: 157).

Portanto, os principais traços desta perspectiva são encontrados na vertente de inspiração fenomenológica:

1. A compreensão do Serviço Social como a ajuda psicossocial;
2. o diálogo como instrumento de trabalho;
3. a transformação social entendida como ser-mais; e
4. o objeto de intervenção profissional como situação existencial problema: (SEP), o problema vivenciado pelo usuário.

3.2.3 – Perspectiva da intenção de ruptura

É a perspectiva que propõe a ruptura com o Serviço Social tradicional. Esta vertente possui uma essência nuclear de crítica sistemática ao desempenho tradicional e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Manifesta a pretensão de romper com o conservadorismo teórico-metodológico e com os paradigmas de intervenção social (reformismo conservador). Recorre progressivamente à tradição marxista e aponta dificuldades da sua afirmação no marco sóciopolítico da autocracia burguesa: o início dessa perspectiva ocorre na metade da década de 1970, com o chamado Método Belo Horizonte¹⁹.

¹⁹ O caso do Método BH, na singular leitura que faz da relação entre teoria e prática, onde, ao invés de romper a tradição do Serviço Social, o Método BH identificava-se com os elementos empiricistas da mesma. O referido Método compõe-se de quatro partes: a primeira, uma sucinta introdução geral, intitulada, não por acaso, “A Relação ‘Teoria-Prática’ no Trabalho Social: método BH”, posto que a clássica preocupação do Serviço Social entre a relação teoria-prática é o fio condutor de toda a elaboração. (Santos, 1982: 11-68). A segunda, consta de um extensivo debate sobre o que as autoras do Método denominam de “Pressupostos Teóricos Fundamentais - Teoria do Conhecimento”; a terceira, intitulada “A Experiência”, diz respeito às áreas e objetivos prioritários de atuação do experimento e à efetivação do mesmo. (in Ramos, 2000).

Outro fator a ser levado em consideração é a reforma universitária no Brasil no ano de 1968 que criará os cursos de pós-graduação e trará ao universo acadêmico a qualificação do trabalho docente. Tal reforma relaciona-se com o processo de industrialização diferente dos outros países da América Latina, nos quais as ditaduras tinham com projeto a desindustrialização. A profissionalização do trabalho docente e os cursos de pós-graduação, unido ao desenvolvimento político do país e da classe operária, são fatores que ajudam a explicar o grande desenvolvimento teórico-político do Serviço Social, particularmente a partir dos anos 1980.

Em nosso país, a partir de 1974, com a perda da legitimidade da ditadura, haverá condições de criação de um pensamento crítico dentro do Serviço Social. No ano de 1979, com o chamado Congresso da Virada, este processo ganha visibilidade, quando dirigentes sindicais são chamados para compor a mesa do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS).

Este período revela a busca dos profissionais do Serviço Social por referências teórico-metodológicas que sustentassem a nova proposta de profissão e formação que aparece no Código de Ética de 1986 e no Currículo Mínimo de 1982, respectivamente. Nas palavras de Barroco (2001: 168) “o amadurecimento intelectual se objetiva através da superação dos equívocos do marxismo vulgar, evidenciados nas leituras mecanicistas que marcaram a negação inicial da prática tradicional”.

Isto se realiza nos anos de 1980, momento necessário para o salto qualitativo do Serviço Social na próxima década. Nesse sentido, após muitos encontros, debates e oficinas, foram aprovadas as novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social no Brasil, em 1996. Cabe lembrar que esse avanço também se expressou no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993) e a Lei que Regulamenta a Profissão em 1993, marcando a materialização do compromisso ético-político da profissão com a classe trabalhadora iniciado em 1970.

Vale dizer que esta perspectiva trouxe à profissão a oposição ao tradicionalismo do Serviço Social, iniciando uma trajetória histórica de amadurecimento político, ético e teórico profissional. Hoje materializado no projeto ético-político profissional, nosso objeto de estudo, conforme palavras introdutórias.

3.3 – O tímido retorno da família no Serviço Social

De acordo com Costa (1994), como já foi dito inicialmente, até o Movimento de Reconceituação, que marca um redirecionamento da prática profissional do Serviço Social, a questão da família foi tratada de maneira relativa, em função da atuação junto às comunidades e movimentos sociais. Ao final da década de 70 e início dos anos 80, os assistentes sociais construíam sua aliança com as classes trabalhadoras tentando dar à prática uma nova direção. Esse posicionamento “propiciou a percepção da família no interior da questão mais ampla, contraditória e complexa do conflito de classes, sujeitando o entendimento da realidade social a todas as determinações, condicionamentos e influências decorrentes do novo enfoque” (COSTA, 1994, p. 23).

A partir dos anos 1970, com a crise fiscal do Estado no Primeiro Mundo, a reorientação das políticas públicas no ideário neoliberal e a diminuição do *welfare state*, a família ganha uma outra visibilidade. Nesses países e no Brasil. Muitas funções no campo social, anteriormente assumidas pelo Estado, são assumidas pelo grupo familiar e, ao mesmo tempo, outras lhe são exigidas em razão da reestruturação produtiva e do desemprego estrutural que se instala pela eliminação de vários postos de trabalho. A família, então, encontra-se sobrecarregada pela crise econômica que, inclusive, gera desemprego aos seus integrantes (Rosa, 2002).

Este é um período que reforça a solicitação da família como amortecedora de crises sociais, apesar de ser um lócus de potencialidades, segundo Guimarães (2002).

Para trazermos as contribuições da produção teórica sobre a família, contamos com elementos da revista Serviço Social & Sociedade, fontes que sinalizaram as mudanças quanto ao tratamento da família, dentro dos marcos teórico-metodológicos da profissão.

A revista iniciou suas publicações em 1979 e até 1982 nada constou sobre o tema família, quando então foi incluído, na edição de número 8, um artigo pertinente ao assunto.

Dentre os artigos produzidos na década de 1980, a grande maioria trouxe questões que visavam oferecer contribuição e serviriam de orientação para a formulação de políticas para a família. Tais artigos expressam a renovação da profissão em busca do rompimento com o Serviço Social tradicional na construção

de uma visão crítica que foi conquistado pela profissão com as transformações do currículo das escolas de Serviço Social em 1982, com a mudança do Código de Ética em 1986 e com a organização política da categoria, tendo como marco o Congresso da Virada, em 1979 (Iamamoto e Carvalho, 1982).

Os autores²⁰ que escreveram nesse período para a revista tiveram destaque pela perspectiva de totalidade nas políticas sociais e a política de família no marco da sociedade capitalista.

O artigo escrito em 1982 por Maria Virginia Hermácula, Marista A. Evangelista, Neusa C. Lima e Yurico Talamiya, produzido a partir do próprio TCC²¹ discute a questão dos movimentos sociais e do controle de natalidade, uma vez que o Pró- Família²² era um programa do governo do Estado de São Paulo implantado pela Secretaria da Promoção Social e visava o planejamento familiar. O texto ressalta o interesse dos países desenvolvidos em impor restrições na questão da natalidade nos países de terceiro mundo. No Brasil, essa prática é concebida através da Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar – BEMFAM. A crítica das autoras está na efetividade do programa, pois segundo elas, não atende à realidade da população, porque não ataca as causas dos problemas. O objetivo do Estado nesse momento era conter o aumento da população pobre por meios paliativos, considerando essa população sem consciência sobre a sua situação dentro da estrutura social.

O trabalho de Maria Amália Faller Vitale (1987), apresenta sua prática profissional. Na cidade de Embú-Guaçu realizou um trabalho comunitário com mulheres que foram alvo de situações de violência em família, no ano de 1978. Foi pesquisadora participante, condição que lhe permitiu discutir com as mulheres e suas famílias as dificuldades encontradas no cotidiano. Pela análise dos depoimentos, a autora constatou que o ato de servir cabe tanto a mulher/ filha e também o cuidar da casa, da educação dos filhos e irmãos. E quando não ocorre o cumprimento por parte das mulheres de suas funções, pode-se gerar a violência que se manifesta nas agressões verbais e físicas. Por isso a família torna-se um lócus de

²⁰ Como exemplo podemos citar: Martinelli e Alayon (1986) e Tobón (1986).

²¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelas autoras à Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da professora Graziela Acquaviva Pavez, em dezembro de 1981.

²² Foi um programa que não permitia que a mulher tivesse opções sobre ter ou não ter filhos, além do espaço de tempo entre eles. Foi um programa que interferiu diretamente na reprodução humana de forma autoritária, sem discussões pertinentes com os setores sociais.

violência, trazendo a insatisfação de seus membros. E, concordando com Vignoli (2007), diz a autora, “o medo do abandono faz com que essas mulheres suportem a violência, porque um homem em casa significa proteção contra a violência externa, além de também poder contar com alguém que se responsabilize por elas”.

Goulart (1996) apresenta em seu Trabalho de Conclusão de Curso, na Universidade Federal de Santa Catarina, um capítulo específico sobre a produção acadêmica no contexto do CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais), abrangendo as publicações desde sua fundação, em 1946, a 1996, ano de publicação de seu Trabalho. Compreende que a família é vista como um espaço ideal para o desempenho da educação dos filhos, para a formação do ser humano. No seu interior, são transmitidos e vinculados os valores, os hábitos, a cultura. É vista como um lugar indispensável para a garantia de sobrevivência, de proteção aos filhos e para a construção das relações afetivas entre seus membros. Ainda, nesse momento histórico, é considerada célula básica da sociedade, pois ela garante a manutenção e a estabilidade da sociedade e do sistema social.

No primeiro artigo em que Goulart analisa, do ano de 1971, de Virginia A. Paraíso, a autora afirma que a família, com o processo de modernização em meados da década de 1960 teve como consequência o desajuste do contexto familiar. Argumenta que o desajuste ocorre da formação de novos tipos/ estruturas de famílias, há apenas um dos responsáveis para administrar os deveres dessa instituição. Define o Serviço Social como atividade organizada que procura ajudar em relação ao ajustamento mútuo do indivíduo e seu meio social. Ou seja, o profissional vem para ajustar o membro problema nas relações sociais, para a harmonia da sociedade, já que não há como modificar a estrutura familiar.

Goulart (1996), em oposição à idéia de que as famílias estão desajustadas recorre ao artigo de Konopka (1973), no qual enfatiza que a transformação de valores familiares, tais como os princípios de autoridade, da superioridade do homem e a interiorização da mulher, têm que ser substituídos por valores de igualdade e de respeito mútuo. Essa nova configuração, com a presença de diferentes valores, possibilitará a resolução dos problemas enfrentados nos grupos familiares e garantirá a felicidade aos seres humanos.

A partir dessa análise, adentramos a década de 1990, onde a retomada do núcleo familiar será importante para o desenvolvimento das políticas públicas.

4. O PROJETO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO NA (RE)TOMADA DO TRABALHO COM FAMÍLIAS

4.1 – Conjuntura atual: o favorecimento de estudos temáticos sobre a família

A partir de meados da década de 1980, vive-se uma conjuntura marcada pela manifestação de sinais de falência do padrão de governo intervencionista e o lançamento das bases de minimização do Estado, assumido como novo padrão nos anos 1990. A manifestação mais evidente dessa conjuntura estrutural se expressa pela profunda e prolongada crise econômico-político-social, sendo, nesse contexto, cada vez mais evidentes as contradições da proposta modernizadora do Serviço Social. (Silva e Silva, 2007).

A então chamada transição democrática recebe uma economia estruturada para gerar enorme saldo comercial positivo e fazer face aos encargos financeiros com a dívida externa crescente, uma longa história de arrocho salarial, com a crescente miserabilidade englobando um grande número da população no Brasil. As classes médias iniciam um processo gradativo de empobrecimento e o país enfrenta níveis inflacionários insuportáveis. Esse período então teve como característica principal a crise econômica, marcada pela recessão profunda do período de 1980-1983, só atenuada pelo nível de emprego crescente nos setores exportadores. A dívida social, além de não ser resgatada, aprofunda-se em áreas essenciais como a saúde e a educação, enquanto a questão econômica é tratada seguidamente pelos conhecidos choques econômicos, com propostas de alteração da moeda nacional e congelamento de preços e salários, entre outras medidas. Nesse caso, a classe trabalhadora sofre as consequências, devido à crescente desvalorização dos salários em face do incremento da inflação.

No âmbito político o país vive os maiores impasses conhecidos nas últimas décadas, com o descrédito da sociedade nos partidos políticos por se encontrarem vazios de propostas, bem como nos políticos que, na maioria, pautam sua conduta no casuísmo, pelo fisiologismo e, ainda, com a inexistência de líderes políticos que representem projetos relevantes para a sociedade. Registra-se, também, um profundo descrédito no governo, só interrompido, artificialmente, por um pequeno período, com a instituição do I Plano de Estabilização Econômica, em fevereiro de 1986, agravado com a falta de sustentação parlamentar do governo, provocando

paralisa e impasse político-administrativo, com aprofundamento de um clima de instabilidade na economia, prejudicial à população e ao desenvolvimento do país.

Na efervescência dos movimentos sociais e sua mobilização, os direitos da sociedade foram potencializados e ampliados, abrindo caminhos para a Constituição Federal de 1988 (CF-1988). Essa, por sua vez, estabelece uma política social de caráter universal, com a participação popular articulada nas áreas da saúde, previdência e assistência social (tripé da seguridade social), mediante ações conjuntas e sucessivas de proteção social e a garantia dos direitos sociais. Observa-se também uma redefinição do papel do Estado, principalmente no que se refere à prestação de serviços públicos. Desenvolve-se um amplo processo de privatização do órgão público mediante a restrição de gastos sociais, a diminuição de mecanismos de proteção social e o estabelecimento de parcerias entre o público e o privado na prestação de serviços sociais, o que significa a redução de investimentos em políticas sociais (Iamamoto, 1992).

No Brasil, este modelo de desenvolvimento econômico é adotado nos anos de 1980 e intensificado na década de 1990. Sader (2004, 08) afirma que as últimas duas décadas deram lugar à políticas neoliberais que se orientam, centralmente, pela retração do Estado e extensão das relações mercantis “que generalizam a relação central do capitalismo, aquela que define tudo pelo valor de troca, em que tudo tem preço, tudo é passível de ser comprado e de ser vendido”. Tais políticas se chocam diretamente com os interesses públicos e com os direitos universais da grande maioria dos cidadãos, pois se baseiam no afã do lucro que move o mercado. Assim, ao combinar-se com políticas sociais focalizadas, emergenciais, setoriais, que em nada diferem das políticas assistenciais, elas atentam diretamente contra os direitos, especialmente daqueles que dependem da esfera pública, da afirmação dos direitos universais para terem acesso aos bens fundamentais (Sader, 2004: 9).

A Constituição de 1988 foi uma proposta de Estado Social para o país mais avançado, onde se criou um Estado de Direitos com responsabilidades sociais. Concordando com Costa (2006), a CF-1988 nasceu marcada pela contradição histórica, fruto da mobilização popular, da democratização da sociedade, num contexto em que a ofensiva neoliberal cobrava a redução do Estado na regulação econômica e social. Porém não é interesse das elites brasileiras promover os direitos contidos na mesma, pois a economia já vinha nas mãos de grupos conservadores

desde a promulgação da CF-1988. A família agora tem direitos e deveres, nunca anteriormente referidos.

Para compreendermos a atualidade, buscamos sintetizar o mandato dos presidentes desse período.

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolhe o candidato Tancredo Neves como novo presidente da República. Ele integra a Aliança Democrática – a frente de oposição formada pelo PMDB e pela Frente Liberal, dissidência do PDS. Ele recebeu 480 votos, contra 180 de Paulo Maluf. Na véspera da posse, Tancredo é internado às pressas com graves problemas no aparelho digestivo. Seu vice, José Sarney, assume o cargo, a princípio interinamente e, após sua morte, em 21 de abril, de forma definitiva. Os dissidentes do PDS criam o Partido da Frente Liberal (PFL).

O governo Sarney começa a modificar a legislação autoritária herdada dos governos militares. É reestabelecida a eleição direta para a Presidência da República e são legalizados todos os partidos políticos, incluindo o PCB e o PC do B. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) é recriado. No final do ano acontecem eleições gerais para prefeitos. No ano seguinte é lançado o Plano Cruzado, para combater a inflação. O cruzeiro é substituído pelo cruzado, os preços são congelados e os salários reajustados pela média dos últimos seis meses. Até o final do mandato, o governo Sarney lança mais três planos de estabilização, que não atingem o resultado esperado. Nas eleições de novembro, o PMDB ganha todos os governos estaduais, exceto o de Sergipe e a maioria das cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado.

Em 1989 acontecem as primeiras eleições diretas para a Presidência da República desde 1960. O vencedor é Fernando Collor de Mello, ex-governador do Alagoas, que derrota no segundo turno das eleições Luís Inácio Lula da Silva, um dos fundadores do PT. Entre as promessas de campanha de Collor estão: o fim da inflação, a moralização da política e a modernização econômica do país com a diminuição do papel do Estado. A primeira medida do governo de Fernando Collor foi o lançamento do programa de estabilização da economia, conhecido como Plano Collor. A inflação continuava crescendo: em fevereiro ultrapassara 70% e, nos quinze dias de março, atingira mais de 80%. Entre as medidas estavam o confisco monetário, inclusive de contas correntes e de poupanças e o congelamento de preços e salários. O plano não consegue acabar com a inflação e abre caminho para uma recessão.

Em abril de 1992, Pedro Collor, irmão do presidente Fernando Collor, denuncia o “esquema PC” em entrevista à revista Veja. Segundo ele, o amigo e tesoureiro da campanha eleitoral de Collor, Paulo César Farias, seria responsável por tráfico de influência e irregularidades financeiras com o conhecimento do presidente. Isso leva à abertura de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o escândalo. Em seguida a revista IstoÉ publica entrevista em que Eriberto França, motorista de Ana Acioli, secretária de Fernando Collor, confirma a existência de depósitos feitos por empresas de PC Farias em contas fantasmas movimentadas pela secretária. As acusações implicam ainda mais o presidente da República no escândalo e, em outubro do mesmo ano, após a Câmara de Deputados ter aprovado a abertura de processo de impeachment, Fernando Collor é afastado da Presidência. O vice-presidente, Itamar Franco, assume interinamente. Em dezembro, Fernando Collor renuncia ao cargo momentos antes do Senado destituí-lo de suas funções e suspender seus direitos políticos por oito anos. Itamar Franco toma posse definitivamente da Presidência.

Em 21 de abril de 1993, foi realizado o plebiscito sobre forma (monarquia ou república) e sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo), previsto pela Constituição de 1988. Os principais partidos políticos brasileiros defenderam a manutenção da república. O presidencialismo foi referendado por 55,45% dos eleitores. Em julho de 1994, Itamar anunciou um plano de estabilização econômica que, entre outras medidas, implantou uma nova moeda nacional: o Real.

Em 1994 Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente da República. Um dos pontos fortes de sua campanha: ser apresentado como o idealizador do Plano Real. Eleito no primeiro turno, Fernando Henrique é apoiado pelo seu partido, o PSDB, e pelo PFL. Em segundo lugar fica novamente Luís Inácio Lula da Silva, um dos principais líderes do PT. De 1995-1997, as principais medidas do governo Fernando Henrique Cardoso estavam ligadas à estabilidade econômica e às reformas constitucionais necessárias para atrair investimentos estrangeiros para o país. É derrubado o monopólio em setores como petróleo, telecomunicações, gás canalizado e navegação de cabotagem. Grandes empresas estatais, como a Companhia Vale do Rio Doce, são privatizadas. Em 1997, o governo concentra grande parte de seus esforços na aprovação da emenda que permite a reeleição dos ocupantes de cargos executivos.

Nas eleições gerais de 1998, o presidente Fernando Henrique Cardoso é reeleito para mais um mandato de quatro anos. Um terço do Senado é renovado e são eleitos governadores, deputados federais e deputados estaduais.

Em 27 de outubro de 2002, aos 57 anos de idade, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito Presidente Brasil. Em 29 de outubro de 2006, Lula se reelege Presidente da República vencendo em segundo turno o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Geraldo Alckmim. Para alguns autores, a partir do modelo populista, Lula implanta políticas de distribuição de renda, buscando na família, o apoio necessário para a “superação do impasse, além de provocar o reenquadramento da sociedade civil, no plano dos valores sócio-culturais e políticos” (Nogueira, 2002, IN JESUS, 2005), dentro da ótica neoliberal.

4.2 – Conjuntura atual do Serviço Social na constituição do Projeto Hegemônico Ético-Político

A década de 1980 inicia com a interlocução com a teoria social de Marx, a partir de Marilda Iamamoto, principalmente. Torna-se hegemônica, dentro da profissão a abordagem do Serviço Social como totalidade que participa do processo de reprodução das relações contraditórias da sociedade capitalista (Iamamoto, 2000).

De acordo com Abramides (2009), as condições políticas do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro, assim denominado nos anos de 1990 e que representa o projeto profissional com direção social definido no final dos anos 1970, devem ser avaliadas considerando-se as seguintes determinações: a luta contra a ditadura, a “colagem” aos movimentos sociais dos anos 1980, a mudança do público profissional que ingressa nos cursos de Serviço Social, composto pelas camadas médias e empobrecidas e de como as vanguardas profissionais e acadêmicas da categoria se constituem vanguardas militantes.

É um período que os profissionais com militância político –sindical (Abramides, 2009) se colocam nas lutas sociais decorrentes da conjuntura ditatorial, no momento histórico de lutas e conquistas da classe trabalhadora organizada.

O Serviço Social na década de 1990 rompe do ponto de vista formal com o conservadorismo, assumindo claramente uma visão de homem enquanto ser social que constrói sua história, tendo a liberdade como eixo central de orientação deste

projeto, entendida não apenas como valor, mas como capacidade ontológica do ser social (Barroco 2001).

No Brasil, na década de 1990, já se manifestava o período de contra reforma do Estado, sob orientação do Consenso de Washington, o que revela, mais uma vez, que a opção política do Serviço Social pela classe trabalhadora enfrentou e enfrenta as mesmas ofensivas que o conjunto dos segmentos desta, com o avanço do neoliberalismo.

Barroco (2001: 180), faz a seguinte referência sobre este momento:

As condições sócio-econômicas e ideo-políticas dos anos 1990 atingem diretamente as classes trabalhadoras, rebatendo duplamente no Serviço Social, seus agentes são atingidos como cidadãos e trabalhadores assalariados e como profissionais viabilizadores de direitos sociais. A vertente profissional que, nos anos de 1980, ganhou a legitimidade na direção das entidades de profissionais e estudantes, na organização sindical, no debate crítico, na produção inserida na tradição marxista, na revisão curricular de 1982 e na reelaboração do Código de Ética de 1986, defronta-se com o desafio de responder a essa conjuntura, sem perder suas conquistas.

A profissão inserida na totalidade da sociedade capitalista não está alheia as suas reformas, ajustes e ofensivas. Pelo contrário, além de ser atingida enquanto classe trabalhadora sujeita às transformações no mundo do trabalho, em seu mercado de trabalho, também, ao trabalhar com esta classe, cada vez mais empobrecida e mais carente de serviços sociais, deve responder propositivamente a estas necessidades, sem perder de vista seu projeto coletivo de profissão na viabilização de direitos sociais cada vez mais escassos.

O Projeto ético-político do Serviço Social exige cada vez mais do Assistente Social uma formação continuada, crítica e direcionada pelo fim da exploração de classes. Isto não significa que o Serviço Social rompeu totalmente com as práticas conservadoras, pois o avanço e consolidação do projeto hegemônico burguês têm contribuído para a reformulação de práticas tradicionais revestidas de um discurso progressista.

Esta análise não pode ser endógena à profissão, mas deve ser tratada na totalidade deste sistema. Nas palavras de Netto (2004: 24): *“a questão (...) coloca-se exigindo um debate coletivo, um amplo confronto de idéias e posições, com reiteração dos mesmos procedimentos abertos e democráticos que nos levaram a constituição do projeto ético-político”*.

Esta demarcação coloca hoje para o Serviço Social alguns desafios imperativos: construir coletivamente estratégias para que os fundamentos que orientam o Projeto ético-político sejam apreendidos pelo conjunto da categoria profissional; manter e aprofundar a direção hegemônica do Projeto ético-político; garantir a interlocução com os movimentos sociais de luta em defesa da classe trabalhadora.

Reconhecer estas questões e construir respostas para as mesmas, passa pelo reconhecimento da contradição como possibilidade de construção de uma outra sociabilidade orientada para emancipação política e humana do conjunto da classe trabalhadora.

4.3 – A família no marco da legislação social: e seu “re” surgimento nas produções teóricas- acadêmicas

Em 1986, a propósito do Seminário Latino-Americano preparatório à XXIII Conferência Internacional de Bem-estar Social ocorrido em Porto Alegre e que promoveu a reflexão sobre a questão da família, da comunidade no processo de desenvolvimento social, com o objetivo de estabelecer uma política social capaz de gerar o fortalecimento da relação familiar, Martinelli e Alayon publicam um artigo, na edição de número 21 da Revista Serviço Social e Sociedade. Os autores apresentam a visão geral dos trabalhos apresentados e nos apresentam um painel realizado com o objetivo de promover o conhecimento da realidade nacional dos países participantes e evidenciaram que a problemática família é geral no continente latino-americano:

A família encontra-se em crise, incapaz de responder as funções que lhes são próprias e, por outro lado, não encontra no Estado, cujo aparato político-institucional encontra-se defasado, respostas as suas demandas no plano social (p. 144).

Nesse mesmo artigo Martinelli e Alayon apresentam concepções de família, que estiveram presentes tanto nas conferências, quanto os temas livres:

A família é uma unidade em movimento, em construção, é o locus privilegiado do processo de transformação;
A família é uma instância de mediação para o processo de transformação social, é o agente sócio-político de tal processo;
A família é uma unidade de produção e reprodução, é o agente de mudança social (p. 148).

Já nesse período pode-se observar que havia grande preocupação com o alto número de pessoas (que não têm) sem acesso aos bens produzidos e sem respaldo das políticas sociais. Em contrapartida, na conferência realizada pela Assistente Social mexicana Maria Atilano Uriarte, com o tema: “A família e a comunidade latino-americanas”, publicada na Revista Serviço Social e Sociedade número 25, a família é vista pelo enfoque teórico-crítico como um potencial agente sócio-político de transformação. Quanto ao Estado, Uriarte coloca que deve ser revisto seu papel diante da questão familiar, “assim como a prática social deve passar por profundas transformações, apoiando-se essencialmente em uma política educativa e participativa e não mais assistencialista e paliativa” (p. 145).

No mesmo ano, porém no número seguinte da edição da Revista, Maria Cecília Tobón²³ propôs a implementação de várias políticas: desenvolvimento econômico, habitação, saúde, educação, cultura, entre outras. Enfatizou a necessidade da revisão dos códigos de família para garantir a defesa do direito do desenvolvimento integral e incentivar a liberdade de todos os membros. Como destaque, aponta a necessidade de serviços básicos que possibilitem a participação das famílias na proposição de alternativas para soluções de problemas e, inclusive, na revisão do conceito de planejamento familiar. Para o período, Tobón coloca idéias avançadas, porém, em sua finalização, aborda idéias a serem superadas pela própria família:

Finalmente, é importante destacar a natureza altamente complexa da família, fato que demanda uma abordagem interdisciplinar para seu estudo. A família é, segundo a dimensão que se tome em conta, célula básica da sociedade, unidade de reprodução biológica e social, organização cujo núcleo é o átomo de parentesco, instância onde o indivíduo se desenvolve como agente de cultura, unidade de reprodução econômica. Como estrutura e espaço fornecedor de clima emocional, onde se desenvolve o processo de socialização dos filhos, a família é o sistema de relações básicas, unidade de saúde e enfermidade, ou instituição reguladora dos deveres e direitos de seus membros (p. 86).

Após as reflexões sobre as alternativas de prática profissional para as famílias, Tobón descreve as funções desse núcleo sem o respaldo do aparelho estatal, conforme grifos meus acima.

²³ Assistente Social do Centro Americano de Trabalho Social (CELATS). Expôs na Conferência: “A família e a comunidade: perspectivas de mudanças e alternativas de ação” junto da Assistente Social equatoriana Patricia Quintero, assessora fiscal da ALAETS.

No ano de 1987, Cornely também escreve sobre o Seminário, apontando a contradição existente nas políticas de proteção à família que possibilitam a reprodução lógica de acumulação e onde se produz, concomitantemente, certo benefício à família e seus membros. Propôs uma interlocução das políticas para a família com as demais políticas, pois entende que esse público do Serviço Social vive em situação de risco e precariedade dado o contexto de exclusão social, que dificulta a execução de suas funções fundamentais. O autor coloca a importância de politizar as famílias para que elas participem na elaboração dessas políticas sociais. Quanto ao Estado, expôs que o mesmo deve aplicar maior atenção à temática familiar, além da necessidade da revisão do conceito de família para que possa atender às transformações por que elas passaram.

Autores muito importantes para nossa profissão foram apontados na análise de Goulart (op. cit.). Ressaltamos então Agnes Heller que tem contribuído não somente com suas idéias marxistas. E nesse artigo, em particular, publicado pela Revista Serviço Social & Sociedade, em 1987, trouxe uma importante contribuição referente à noção de família na sociedade contemporânea. Heller analisou a condição da mulher no contexto familiar, considerando a história da civilização até a separação entre Estado e Sociedade Civil, buscando elementos até a sociedade contemporânea. A reflexão baseou-se na evolução das sociedades marcadas pelos adventos econômicos sociais e políticos refletidos na organização familiar, como por exemplo, a divisão do trabalho entre homens e mulheres que se situavam bem a distância da família contemporânea. O genitor, nesse contexto, tinha o papel de desenvolver nos filhos valores humanos. Já o papel feminino consistia em oferecer apoio e compaixão ao marido e pai, restituindo-lhe a auto-estima perdida e aceitando as punições. Para Heller, a paixão amorosa tornou-se um aspecto novo na sociedade civil e consiste no “ato de enamorar-se” como condição real para o casamento.

Segundo a autora, com a divisão entre sociedade civil e Estado, a família é vista como única forma do ser humano receber proteção e amor. No âmbito público, com o fenômeno da competição, ninguém tem compaixão e interesse de saber sobre o bem-estar do outro. Porém, é no âmbito familiar (privado) que cada um deseja oferecer atenção, respeito e reconhecimento da própria personalidade. Por esse motivo, as mulheres não tinham participação direta em decisões sócio-políticas da sociedade. A participação feminina consistia principalmente no cuidar dos membros

da família com enorme responsabilidade. Era (ainda é) um trabalho sem reconhecimento social por não haver remuneração. Sendo assim, a apresentação de algumas consequências contraditórias e desfavoráveis para as mulheres são produtos da sociedade civil e da família. Portanto, o surgimento dessa nova sociedade favorece a liberdade feminina, pois os direitos civis serviram para legitimar a luta pela igualdade dos sexos. No século XX as mulheres são reconhecidas como agentes sociais e políticos.

Ainda concordando com Heller, a família moderna avançou na conquista de direitos (principalmente as mulheres), mas perdeu algumas das importantes funções, como a tarefa educativa, a partir do momento que o conhecimento socialmente necessário é transmitido pela escola. E Heller ainda ressalta nesse texto, que no estado de bem-estar econômico ainda há um número pequeno de mulheres participando do mercado de trabalho e **a falta de serviços sociais básicos impede a dissolução da família.**

No estado de bem-estar total, a dissolução da família é um fato explícito. Com o princípio de igualdade plena de sexos, propiciando à mulher o acesso ao mundo do trabalho, o Estado assume os serviços sociais.

A conclusão de Heller é interessante no sentido em que escreve: “é provável que a família nuclear seja substituída por outra de caráter comunitário e com certo pluralismo da vida”.

Nos últimos anos do século XX, ocorreram grandes transformações no capitalismo, principalmente no mundo do trabalho, onde os trabalhadores tiveram (têm) seus direitos violados e surge um grande número de desempregados sem possibilidades de retorno ao mercado de trabalho. Esses elementos rebatem diretamente na produção teórica do Serviço Social onde a discussão acerca da família é retomada (conforme a discussão dos itens anteriores, na legislação brasileira) e se relaciona diretamente com as políticas públicas, trabalho, questão de gênero, violência etc. Nesse contexto, o ano de 1994, foi dedicado pela ONU à família nove artigos publicados na revista Serviço Social & Sociedade entre os anos de 1993 e 1995 e na década de 1980, foram publicados oito artigos sobre família.

O primeiro artigo escrito na Revista desse período foi no ano de 1990, por Maria das Dores Costa e Sandra Lucia Barbosa Cavalcanti. Nesse artigo, foram tratadas a administração doméstica e a reprodução da força de trabalho das famílias inseridas em um setor informal em Natal, no Rio Grande do Norte, realizada a partir

de uma pesquisa em 800 domicílios com famílias de baixa renda. Segundo as autoras, quando o ganho monetário da família cai abaixo do nível mínimo, desorganizam-se as produções domésticas, comprometendo a reprodução da sua força de trabalho, pois isso obriga mais membros a ingressarem no mercado de trabalho. Concluem as autoras que as famílias que estão no setor informal guardam um sentido diferente no que tange à educação/ manutenção dos filhos em relação às famílias que estão no setor formal com melhor nível de renda. Os membros das famílias de baixa renda adentram o mercado de trabalho prematuramente, muitas vezes deixando o ensino formal educacional, para a garantia de sobrevivência, enquanto as famílias de maiores níveis de renda garantem o estudo formal aos filhos para que se garanta ou tenha um melhor acesso ao mercado formal de trabalho, elevando-se o nível da renda daqueles que já a têm.

O artigo escrito por Rosamélia Ferreira Guimarães em 2002 expõe o trabalho realizado com famílias de baixa renda no Programa Renda Mínima²⁴, na cidade de Santo André (estado de São Paulo). Segundo Guimarães:

(...) a atenção direta aos grupos de famílias favorece a expressão de sua vivência cotidiana, em termos de sua estrutura, colaborando para que não se sintam marginalizadas e deslocadas em face de realidade. Ao mesmo tempo, é construída com elas uma nova concepção de família como locus onde existem afeto, solidariedade e responsabilidade (p. 177).

A autora coloca a sua experiência profissional com grupos como um facilitador de trabalho, onde é possibilitada a ampliação do conhecimento do que acontece na vivência das famílias.

Em relação à questão de gênero, os artigos são escritos articulados ao trabalho e às políticas públicas. No artigo “A mulher migrante nordestina e a organização do cotidiano na dinâmica do grupo familiar”, de Maria Luzia Clemente, foi desenvolvido um estudo numa abordagem qualitativa, tendo por objetivo a compreensão dos papéis que essas mulheres desempenhavam na dinâmica de seu grupo familiar, através dos históricos de vida desde a origem até o presente, priorizando os informes relativos a sua fixação de residência em São Paulo. O texto

²⁴O programa Renda Mínima garante que as famílias com renda inferior a meio salário mínimo per capita, residentes há 2 anos, no mínimo, no estado de São Paulo e com filhos e/ou dependentes legais de até 15 anos de idade recebam uma bolsa mensal em dinheiro para mantê-los na escola. Essa complementação monetária da renda familiar está associada à frequência escolar (85%) dessas crianças e adolescentes. O programa é um direito do cidadão instituído por lei municipal.

descreve a situação de São Paulo no contexto nacional, coloca algumas considerações sobre o trabalho no nordeste, sobre a educação dos filhos, as relações familiares e as características das famílias nordestinas. A questão central da migração das nordestinas ocorre por busca de melhores oportunidades de trabalho e de vida para si e seus familiares. Como conclusão do trabalho, Clemente (1994) coloca:

A vivência profissional e a experiência de vida relatada por mulheres migrantes nordestinas, pudemos compreender que a atribuição e o desempenho de papéis estão relacionados ao meio onde vivem. Essas reflexões, além de permitirem a explicitação de valores pessoais, são valiosas no sentido de se tornar as pessoas mais críticas, permitindo-lhes perceber o seu grau de importância no contexto social (p. 47).

No âmbito do Trabalho, Coelho (2002) propõe-se a estudar alguns fatores que repercutiram na qualidade de vida das trabalhadoras das áreas urbanas, com reflexos nas relações familiares. Em meio a perdas e ganhos, nem sempre tão visíveis, que emergem da maior inclusão da mulher no mercado de trabalho hoje, uma nova forma de viver em família vem sendo delineada, influenciando nas identidades dos membros do grupo e modificando comportamentos. Coelho realizou sua pesquisa de doutoramento sobre mudanças nos padrões de conduta feminino nas últimas décadas, considerando a família como principal agente de socialização.²⁵

A autora apresenta a questão do trabalho feminino como um dos fatores que mais influenciaram nas transformações ocorridas com as famílias. Apresenta também uma boa análise sobre a mínima condição do Estado através das políticas sociais para o bom desenvolvimento das famílias:

As políticas oficiais, voltadas para a família, quando existem, têm se mostrado inadequadas, pelo pouco investimento nas necessidades e demandas desse grupo, não oferecendo suporte básico para que possa cumprir de forma adequada suas funções. A família (e a comunidade imediata em menor escala), passa a ser eleita como a instituição privilegiada para dar conta de todos os problemas que afetam o grupo, retirando-se a questão do campo e da organização da política, o que impede qualquer possibilidade de extensão da cidadania social. Esta concepção fundamenta-se na ideologia do pensamento liberal, na qual produzir bem-estar e satisfação das necessidades sociais na família é compreendido como responsabilidade individual (2002: 76-77).

²⁵ Tese de doutorado: COELHO, M. V. "Visitando a história a partir de memórias femininas: mudanças e permanências na socialização da mulher --- 1960- 1990". Programa de Estudos de Pós Graduados em Serviço Social, PUC-SP.

Em 2006, o artigo de Carloto continuou sobre a ausência de políticas públicas, chama a atenção para as dificuldades enfrentadas pelas mulheres graças a falta de tais políticas, no enfrentamento das desigualdades de gênero pensadas no conjunto das desigualdades sociais.

Outros artigos trazem a tona discussões em relação ao gênero, à violência (Rocha, 2001), à criança e ao adolescente (Franco, 2001; Gueiros e Oliveira, 2005; Franco, 2005), ao portador de transtorno mental (Rosa, 2002) e às políticas públicas para a família (Sinja, 1991). Todos eles, cada um em seu espaço temático, trazem a importância da família na execução e formulação de políticas de proteção social. Fica evidente a preocupação desses autores na citação de Gueiros (2002): **O Estado vem se retraindo nesse campo e a família passou a ser vista como alternativa para o enfrentamento de determinados problemas sociais.**

Como escrito anteriormente, Vignoli (2007) trouxe aos assistentes sociais uma contribuição que não havia sido abordada. De acordo com a idéia inicial proposta em seu trabalho (compreender as transformações ocorridas com as famílias a partir das produções teóricas, intelectuais, acadêmicas do Serviço Social brasileiro), pouco foi explorado do conjunto das idéias em sua totalidade. A construção histórica mundial e brasileira é importante, porém não foram sistematizadas como a fundamentação dialética foi apontada. A análise por partes é importante desde que, ao final, haja uma compreensão do todo, facilitando a interpretação do leitor e mostrando as considerações relevantes acerca do estudo. Outro fator existente nessa dissertação foi a não contextualização de autores citados com o sistema político e econômico presentes.

Apontou como uma de suas categorias de análise a construção sócio-histórica e buscou em Chiara Saraceno e Heloisa Szymanski a concepção que família é uma associação de pessoas que escolhe por conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo. Buscou adentrar as mudanças ocorridas com as famílias no contexto mundial. No Brasil, situou essas mudanças a partir da contemporaneidade inseridas nos outros contextos históricos externos ao nosso país. O objetivo de Vignoli nesse capítulo foi apontar quais foram as influências dos planos de governos desde a Era Vargas até o primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva.

Explorou as políticas sociais brasileiras voltadas à família e a relação com o Estado nas últimas décadas. Assim, contextualizou a demanda existente para os assistentes sociais, sendo essa uma expressão da questão social, enaltecendo como atribuição dessa profissão a produção do conhecimento, por trabalhar com as problemáticas contidas na realidade. Colocou a importância da contextualização da família enquanto instituição social, sua determinação histórica e a produção dos impactos societários enfatizando a importância da divisão social do trabalho enquanto categoria fundante do ser social e suas transformações na sociedade pós-moderna. Sua análise final esteve pautada nas concepções dos assistentes sociais em relação à família através do levantamento dos artigos publicados nas revistas Serviço Social e Sociedade, que contivessem em seu título a palavra *família*, na realidade brasileira e que fossem escritos por assistentes sociais, porém considerando algumas análises de outros profissionais como Saraceno (2002) e Szymanski (2002).

Com grande prática profissional em sua trajetória, a autora Vignoli (2007), sistematizou sobre a implantação de políticas públicas após o fim da Ditadura Militar. A prática em empresas e em prefeituras (conforme citado na introdução do trabalho) não foi apresentado para iluminar as idéias apontadas no levantamento bibliográfico.

Em contrapartida, Miotto (1997) faz uma abordagem diferenciada da autora descrita acima. Escreve sobre o processo de atenção à família no Brasil para compreender o contexto social brasileiro, as mudanças relevantes nesse cenário e buscar uma forma de intervir. Entende que a atenção e intervenção profissional deslocam-se do indivíduo para a família e o contexto social que exigem transformações na condução dos processos de atenção à família. Quando tratamos de processos de atenção à família, estamos tratando de um conjunto de ações e propostas que interferem na vida familiar e podem ser articulados em três pilares: as políticas sociais, o modelo assistencial vigente nos espaços organizacionais e as demandas específicas de cada grupo familiar (Miotto, 1997: 123). Sob esses pilares que serão construídos e discutidos os processos de atenção à família, buscando o relacionamento direto e a articulação com a intervenção profissional.

O primeiro pilar a ser discutido é relativo aos espaços organizacionais e ao modelo assistencial. A maioria desses espaços está organizado para trabalhar a idéia do usuário-problema, foco em um determinado indivíduo. Ou seja, a situação levada para um atendimento específico diz respeito à criança, ao adolescente, à

mulher e ao idoso, com a demanda de trabalho com a doença, a delinquência, o abandono, os maus-tratos. Porém, a organização está também preocupada em responder à demanda de seu usuário. É uma contradição existente em nossa sociedade, pois esse modelo, ou tipo de intervenção, limita o profissional. Não havendo abertura do foco do problema, as situações ficam na parcialidade, afirmando a solução do caso do usuário-problema. Concordando com Mito (1997: 123), muitas vezes são as mesmas famílias que circulam pelas diferentes organizações em diferentes áreas (saúde, educação, assistência social, justiça), levando para elas seus membros-problema. Preocupadas em dar um atendimento específico, essas organizações não conseguem perceber que é a família como um todo e não apenas um membro dela que necessita de atenção.

Por essa visão fragmentada da convivência familiar resulta uma prática também seccionada. Um exemplo dessa segmentação são os inúmeros encaminhamentos que as pessoas enfrentam. Os profissionais não trabalham na visão integrada do ser social, trabalham o problema limitado, como se os demais não fizessem parte da mesma estrutura.

O segundo pilar discutido pela autora é sobre a intervenção na família no âmbito do espaço organizacional e a idéia de que família é uma unidade. Os problemas trazidos pelas mesmas precisam ser identificados e analisados na perspectiva de sua totalidade. Assim, percebe-se a grande influência da família na estruturação e dificuldades de seus membros. Quando se reconhece a família como totalidade, outro passo deve ser seguido: compreendê-la nas contínuas mudanças que ocorrem em seu cotidiano. A família tenta de várias formas e com recursos próprios conter os problemas e dificuldades que surgem no processo de socialização de seus membros. Portanto, com progressivas desintegrações, a família recorre à ajuda institucional para a solução de seus problemas.

O profissional, ao responder à família sobre sua demanda, reproduz o tratamento e recuperação do membro-problema. É trabalhada, então, uma concepção errônea de família: a medida que a ação profissional se volta ao problema individual, a tendência é exigir das famílias determinadas mudanças. Porém, por estarem buscando ajuda fora da família, a mesma não tem condições de efetuar tais mudanças, o que pode sobrecarregá-la ainda mais.

O terceiro pilar e último são avaliações ponderadas sobre as políticas sociais e a família. Então, nas políticas sociais as famílias não são trabalhadas (pelos

técnicos e profissionais) como totalidade. Há uma grande fragmentação sobre as políticas sociais sem prever o impacto gerado sobre a família, dado que o foco de atenção a elas são os indivíduos. E são de extrema importância, especialmente as políticas públicas no contexto brasileiro, como forma objetiva de sobrevivência. E como a política econômica está à frente da provisão da intervenção Estatal, a política de assistência social se faz necessária. Sendo essa política uma resposta ao modelo de condução econômica instaurada, o Estado neoliberal ao deixar de assumir a função de garantia da proteção social em âmbito universal, mantendo a inclusão seletiva nas políticas sociais, volta-se para os mecanismos tradicionais de solidariedade social, como meio de assegurar a proteção para a manutenção da sua coesão. É, portanto, neste processo, que a família é retomada como núcleo principal para a socialização de seus membros e na garantia de vínculos relacionais que previnam os riscos de ruptura e de isolamento social decorrentes das transformações da sociedade.

5. A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Podemos verificar, no cotidiano profissional, a ausência ou precarização de políticas de proteção social à população das camadas de baixa renda. Vemos a insuficiência de qualquer suporte por parte da esfera pública para o enfrentamento de situações limites, como a falta do pai, recaindo sobre a mãe toda a responsabilidade de sua família e o agrupamento de vários núcleos familiares em um só, com condições mínimas de sobrevivência. Estas situações são recorrentes nas famílias em situação de maior vulnerabilidade.

A partir da década de 1990, é visível o crescente encolhimento do Estado, a despolitização da questão social e de suas expressões, com consequentes reflexos nos padrões de proteção social.

Em um artigo que discute a pobreza e a exclusão social neste período como expressões da questão social no Brasil, Yazbek (2001:37) afirma:

Assim, o 'modelo' é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas localistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais. Cresce o Terceiro Setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. Esta defesa, como já afirmamos, é legitimada pelo renascimento de idéias liberais, que referendam a desigualdade. Assim, as propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto à questão social, são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade.

Com a ampliação da desigualdade na distribuição de renda que cresce, sobretudo nos anos 80 (a década perdida para a CEPAL), a pobreza vai se converter em tema central na agenda social, quer por sua crescente visibilidade, pois a década deixou um aumento considerável do número absoluto de pobres, quer pelas pressões de democratização que caracterizaram a transição. Tratava-se de uma conjuntura econômica dramática, dominada pela distância entre minorias abastadas e massas miseráveis. Permanecem as antinomias entre pobreza e cidadania. (Yasbek, 2004).

Uma das respostas criadas pelo Estado brasileiro para amenizar as demandas trazidas por essa população, através de muitos anos de luta dos

profissionais do Serviço Social e outras profissões mais, é criar a Política de Assistência Social.

Esta Política estabelece relação com a filantropia e com a benemerência. É caracterizada por ações paternalistas e de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria e vai interferir junto aos segmentos mais pobres da sociedade, mobilizando a sociedade civil, o trabalho feminino e a profissionalização dos assistentes sociais (Mestriner, 2001).

A partir da década de 1990, a família cresce centralmente nas expectativas do Estado. Essa importância ocorre devido ao modelo posto (início das políticas neoliberais), levando em consideração a reprodução social, onde a família é a primeira instituição social que o indivíduo adquire as bases de sua socialização. Porém, a ênfase na centralidade da família tem início no pós Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, com Marshall na Inglaterra, onde relata a família como uma unidade, quando se trata em agir em relação à miséria. Portanto, para compreender o sistema de proteção familiar, é preciso considerar qual é o lugar que a mesma ocupa na agenda política e social, que tipos de política são aplicados e em que momento histórico retrata-se essa família.

5.1 – A família e a proteção social: uma perspectiva da ampliação de direitos e deveres

Campos (2008), em seu artigo escrito sobre o alcance e limites da proteção social e a família, escreve que a partir da Constituição de 1988 amplia-se o alcance da cobertura da proteção social ao estabelecer-se o direito à seguridade social, que é composta pela previdência social (apesar da ampliação, é restrita aos trabalhadores que contribuem a partir da inserção do mercado formal, é beneficiado aquele que contribui), a saúde aparece como direito universal sem restrições a qualquer cidadão e a assistência social é para aqueles que dela precisam, para que o cidadão obtenha o mínimo de condição de sobrevivência.

Esta não é uma área nova, porém, a proteção social, a partir da Constituição Federal (1988), é definida como elemento constituinte das obrigações desse novo Estado. Para o conjunto dos cidadãos, a família estaria supostamente afastada de sua histórica e pesada responsabilidade de proteção social. (Campos, 2008).

O que vem ocorrendo é exatamente o movimento contrário: a proteção social vem sendo partilhada pelo aparato estatal com a solidariedade familiar e comunitária assumindo responsabilidade pelos seus membros.

Esse fato é verificado desde o surgimento da profissão, onde as assistentes sociais iniciam suas atividades trabalhando as famílias pobres, em uma perspectiva de ajustamento da sua conduta social.

É no cotidiano profissional que se constata as necessidades sociais das famílias, trazendo à academia desafios e idéias a serem desenvolvidas para melhor respondê-las. Segundo Campos e Miotto (2003), três propostas analíticas podem ser desenvolvidas no âmbito do sistema de proteção social à família: a família do provedor masculino, família no Estado de Bem Estar Social (social democracia) e a cultura do familismo.

O modelo de política de família do provedor masculino está identificado nos países que viveram o chamado Estado do Bem Estar Social, que tem como princípio a seguridade social garantida pelo Estado com fundamento na família do trabalhador. Enaltece a ida do homem ao mercado de trabalho que garante à família uma proteção salarial. E, assim, o sistema, para garantir a esse homem o seu lugar na sua família, implanta os benefícios trabalhistas. Nessa direção, pode-se afirmar que a responsabilidade familiar é tradicional e marcante na cobertura dos riscos do curso da vida pelo contrato intergeracional em que os jovens adultos cuidam dos idosos que lhes transferiram patrimônio. Ela é particularmente necessária diante da evidência de uma concentração de pobreza na infância e na velhice, dada a relação desproporcional entre ganhos e necessidades específicas das famílias na primeira e última fase de seu ciclo vital. (Campos e Miotto, 2003).

A família, então, depende de um chefe familiar (homem) que busca uma renda e a distribui internamente. A mulher tem a função de cuidar dos membros e depende economicamente do marido. Os direitos sociais, nesse caso, atendem diretamente ao homem que contribui para a existência e reprodução da unidade familiar, para a mulher restam os direitos derivados, que as autoras classificam como primeira classe (dirigido aos homens) os direitos assegurados pelo seguro social e segunda classe (para as mulheres) os benefícios da assistência social.

Ainda considerando esta condição feminina, foi cunhada a expressão “o proletariado do proletariado”. Ao mesmo tempo em que a família é central para a

reprodução social e para a produção do bem estar social, a mesma foi abandonada politicamente pelo Estado.

A família na via social democrata do Estado de Bem Estar Social fica em segundo plano, pois o objetivo nesse modelo é transferir as responsabilidades familiares para os indivíduos que nela estão presentes. É o momento que a mulher tem a liberdade de entrar no mercado de trabalho, uma vez que há uma ampla proteção oferecida pelo Estado, através dos serviços sociais. Aqui se entende que as políticas voltadas para a família são políticas que devam atender às necessidades da família moderna, focalizando o indivíduo.

O familismo é a alternativa em que a política pública considera que as unidades familiares devem assumir a responsabilidade principal pelo bem estar social. No Brasil, as políticas públicas seguem este modelo.

Esta categorização é importante para não perdemos de vista o contexto mundial e o contexto nacional, sendo uma possibilidade de atuação profissional dentro das políticas sociais existentes.

A década de 1990 foi um período em que a história da proteção social brasileira incorporou as determinações externas de mudanças políticas e econômicas. Foi um momento que a presença do Estado se torna cada vez mais inexistente e as políticas passam gradativamente ao poder privado. Isso teve como resultado uma alteração na articulação entre Estado e sociedade no processo de proteção social, concorrendo para o rebaixamento da qualidade de vida e de cidadania de consideráveis parcelas da população do planeta. (Pereira, 2002:159).

Veremos agora os elementos subsidiários da família brasileira contemporânea que estão sendo matéria-prima do trabalho e das análises teóricas dos assistentes sociais que executam e estudam os modelos de proteção social, delineados acima.

5.2 – A família brasileira contemporânea: a teorização dos elementos dessa nova configuração familiar

As pressões para as mudanças nas famílias brasileiras são sentidas a partir de 1980, com um aumento na escolarização básica e universitária. Outro fenômeno novo foi a entrada das mulheres no mercado de trabalho e o ensino superior passou a ser tão comum entre as mulheres quanto as homens.

Vivemos hoje numa sociedade onde o amor, casamento, família, sexualidade e trabalho, que eram vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser

concebido como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez mais importância social. (SILVA, 2005).

A individualidade sintetiza as atuais mudanças, nas quais as mulheres tiveram grande importância nesse processo, afirmando uma *nova mulher* diante do espaço público e privado.

Uma das transformações mais significativas na vida doméstica e que reflete diretamente na dinâmica familiar, é a crescente participação do sexo feminino na força de trabalho em consequência das dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias. O fato de as mulheres, em particular as esposas, tornaram-se produtoras de rendimentos e parcerias importantes na formação do orçamento familiar, conferiu-lhes nova posição na estrutura doméstica e, tanto altera os vínculos que as unem com o marido e aos filhos, quanto distribui para o redimensionamento da divisão sexual do trabalho. Nessas circunstâncias, partes dos afazeres domésticos são redistribuídas entre a esposa e marido, cabendo a este dividir com a mulher tarefas que eram realizadas exclusivamente por ela.

A mulher tem uma identidade familiar que sustenta moralmente quando ela está desempregada; o que molesta são os transtornos que essa situação pode causar no desenrolar da vida cotidiana da família, podendo ser graves. Para o homem, a perda atinge aquilo que faz do homem um homem, privando-o das referências fundamentais de sua identidade social, a de trabalhador/ provedor/ pai - de - família. A ausência do provedor masculino significa uma perda moral que atinge todo o grupo familiar, que fica sem sua base de sustentação, (...) (SARTI, 1996).

A participação da mulher na esfera pública está associada às próprias dificuldades econômicas que exigem a participação de um número maior de membros da família na composição do orçamento doméstico, mas, certamente, o movimento feminista contribuiu para vivência da mulher nos espaços públicos, anteriormente ocupados predominantemente pelo homem (MIOTO, 1997).

Nas sociedades tradicionais, ao contrário das sociedades modernas, onde a dimensão da individualidade é valorizada, os papéis familiares não são conflitivos, porque são predeterminados. A partir do momento em que existe espaço social para o desenvolvimento desta dimensão individual, os papéis familiares se tornam conflitivos na sua forma tradicional, embora a vida familiar continue tendo o mesmo valor social.

No Brasil há uma diversidade na organização familiar, tanto em sua composição, quanto nas formas de sociabilidade que residem em seu interior.

A composição familiar fundamenta-se nos laços de parentesco criados por uma relação de aliança estabelecida através do casamento, ou por relações consensuais, de vínculos de descendência e de consanguinidade.

O casamento e a família sofreram influências das mudanças sociais, principalmente advindas das conquistas do movimento feminista, e nas três últimas décadas do século passado observa-se, no que se refere ao casamento, uma tendência para o debate de questões de relações de gênero, a redefinição dos papéis masculinos e femininos; papéis exercidos no público e no privado; comportamento sexual definido segundo o sexo; constituição da mulher como indivíduo e construção da individualidade e da identidade pessoal.

Considerando que a família não é um bloco monolítico e devido à reestruturação produtiva e às novas formas de relações que surgiram nesse novo século, aumentou a tendência das famílias chefiadas por mulheres ocupando o papel de provedora além do de cuidadora. Como apontamos anteriormente, a mulher cuidava dos afazeres domésticos e de seus membros que necessitam de cuidado, enquanto o homem estava no mercado de trabalho garantindo a produção e reprodução de seus entes. Mesmo que hoje ainda prevaleçam às mulheres os cuidados domésticos, as condições da atualidade são outras na sua objetividade e subjetividade.

Além das mudanças na estrutura familiar, os divórcios e os novos casamentos tornam muito mais complexas e as redes de parentesco e de solidariedade. Relacionadas à mudança conceitual, ocorrem revisões no tratamento legal de temas como a virgindade, adultério e casamento que se pautam em uma nova moral social.

Contudo, na avaliação de Bruschini (1995 *in* Coelho, 2002), a constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais vai limitar a disponibilidade das mulheres para o trabalho. A presença dos filhos é o fator que mais interfere em relação à participação feminina no trabalho com a insuficiência de creches e, se o ganho não for compensador, inviabiliza a mulher de trabalhar. Outra condição é a salarial, onde a mulher ganha menos que o homem em condições precárias de trabalho e ocupam cargos menos privilegiados na economia.

Essas mudanças na relação homem/ mulher levaram então à transformação do caráter do vínculo. Ou seja, quando existe a possibilidade de dissolver o casamento, a relação homem e mulher deixa de ter a idéia de eternidade e passa à temporalidade. Essa nova forma de manifestação das relações abre possibilidades

para a liberalização dos costumes e do controle da sexualidade dos jovens e das mulheres, refletindo em uma mudança profunda no comportamento da mulher. Desses fatos, decorreu a quebra na divisão sexual do trabalho e do poder e, conseqüentemente, a redefinição de papéis do homem e da mulher.

Por outro lado, as mudanças acarretaram uma fragilidade dos vínculos familiares e uma maior vulnerabilidade da família no contexto social. Esta vulnerabilidade está relacionada ao enxugamento da família brasileira (número de filhos, separações, divórcios) e a sua nova composição (famílias nucleares, aumento crescente das famílias monoparentais e especialmente de mulheres chefiando famílias, aumento das pessoas sozinhas). As famílias de baixa renda e menores, sem dúvida, são mais vulneráveis às situações de crises, como mortes, desemprego, doenças e outras.

Nas últimas décadas do século XX, novas mudanças ocorrem e são incorporadas pela Carta Constitucional de 1988, especialmente aquelas referentes aos seus arranjos e à condição do homem ou da mulher como chefe de família. Segundo Sarti:

A família, para os pobres, associa-se àqueles em quem se pode confiar. Como não há status ou poder a ser transmitido, o que define a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, àqueles, portanto, para com quem se têm obrigações. São essas redes de obrigações que delimitam os vínculos (1996:63).

Mesmo todos conhecendo a atual realidade e identificando os variados arranjos familiares, a chamada família nuclear prevalece no ideal dos indivíduos. A cultura brasileira tem a concepção que a família perfeita é composta pelos pais e possíveis filhos. Nos livros escolares, na Igreja, nas propagandas de TV o exemplo de família é a nuclear²⁶. A função da família vai tomando novas formas: a escola é responsável pela educação, a saúde é tratada em postos de saúde etc. Outras funções surgem para a reprodução e existência da família. Segundo Carvalho (1998: 12), a família é produto das demandas contemporâneas e suas alterações dizem respeito:

²⁶ Família nuclear percebida enquanto resultante de uma união estável; pais e filhos se nutrendo de amor, trabalho, divisão de papéis e obrigações mútuas.

- à tendência, nos centro urbanizados, de casar e procriar mais tarde, havendo quase um deslocamento dos estágios de reprodução da mulher, que chega a ser mãe com mais de 30 anos;
- ao aumento de divórcios e de uniões livres;
- ao aumento do número de famílias monoparentais, isto é, aquelas que contam apenas com um dos pais;
- à uma redução radical no número de filhos;
- à finalidade básica da união não mais se limitar a ter filhos;
- ao concubinato ou às uniões tipo experimentais e livres, que é colocado em prática com mais intensidade e tem maior aceitação social do que em épocas passadas;
- à alteração dos tradicionais papéis exigidos para a mulher e para o homem na gestão e no desenvolvimento da família; tanto o homem quanto a mulher assumem papéis mais igualitários no cuidado dos filhos, na manutenção da vida doméstica e no seu custeio; os rígidos papéis de esposa mãe, marido pai se modificam com as novas inserções no mercado de trabalho e na vida societária;
- à socialização dos filhos, quase inteiramente transferida para os serviços sociais públicos ou privados - creches, escolas, centros esportivos. Os 'tios' e as 'tias' institucionais passam a ter peso relevante na socialização dos mais jovens.

Na verdade, as condições econômicas e sociais do Brasil na atualidade estão fundadas numa história de sociedade já antes vivida, ou seja, a de resolver na esfera privada questões de ordem pública. Na ausência de direitos sociais, é na família que os indivíduos tendem a buscar recursos para lidar com as circunstâncias adversas. Dessa forma, as mais diversas situações de precariedade social, desemprego, doença, velhice, encaradas como dramas da esfera privada, tenderam a ser solucionada na família, como responsabilidade de seus membros. Na maioria das vezes a responsabilidade recai sobre as mulheres, tornando-as responsáveis pelo cuidado dos filhos menores, dos idosos, doentes e deficientes, sobrecarregando-a ainda mais, considerando-se que grande parte das famílias são chefiadas por mulheres.

A família brasileira hoje apresenta mudanças significativas em todos os segmentos da população. Mudanças essas decorrentes do processo de modernização da sociedade na segunda metade do século XX. Tal processo gerou um novo padrão demográfico na realidade brasileira.

De acordo com a análise da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - IBGE), relativa às duas últimas décadas realizada por Goldani (1994), a família dos anos 1990 tem uma configuração marcada pelas seguintes características populacionais:

1) Número reduzido de filhos. A família brasileira entra nos anos 90 com uma média de 2,5 filhos, em contraposição aos anos 60, cuja média era 6,3

filhos. Este dado indica queda acentuada da taxa de fecundidade das mulheres brasileiras.

2) Concentração da vida reprodutiva das mulheres nas idades mais jovens (até trinta anos). Isto significa que as mulheres passam menos de sua vida em função da reprodução e têm mais tempo para se dedicar a outras atividades (trabalho, relação conjugal).

3) Aumento da concepção em idade precoce. Isto implica o aumento da gravidez entre adolescentes.

4) Aumento da co-habitação e da união consensual. Este aspecto tem como consequência o fato de a co-habitação não ser mais considerado como sinal de pobreza. E, paralelamente ao aumento das uniões consensuais, houve um avanço da união legal (aumento do número de casamentos civis) em contraposição à união religiosa (queda do número de casamentos religiosos).

5) Predomínio das famílias nucleares (pai, mãe, filhos). Embora se registre uma queda desse tipo de organização familiar (em 1981, 81% das famílias eram nucleares; em 1989 essa porcentagem caiu para 79,5%), as famílias nucleares ainda são predominantes ao contexto brasileiro.

6) Aumento significativo das famílias monoparentais, com predominância das mulheres como chefes de casa. Em termos de dados, em 1981 registrou-se uma porcentagem de 14,6% de famílias monoparentais. Em 1989 registrou-se 16,8%.

7) Aumento das famílias recompostas. Este fato é consequência do aumento das separações e dos divórcios nos últimos anos.

8) População proporcionalmente mais velha. O crescimento da população idosa está condicionada ao aumento da expectativa de vida média da população. A média de identidade da população brasileira em 1950 era de 18,8 anos e apenas 4,2% tinham mais de sessenta anos. Em 1991 a idade média ficou em 24,8 anos, e a população acima de sessenta anos passou a ser de 7,8%. Isto significa um aumento de encargos da família relacionado ao cuidado com idosos.

9) Aumento de pessoas que vivem só.

Estes dados, ainda que apresentados de forma sumária, permitem observar o grau e o teor das mudanças ocorridas na configuração da família brasileira. Estas mudanças têm sido compreendidas como decorrentes de uma multiplicidade de aspectos, dentre os quais se destacam:

- a transformação e liberalização dos hábitos e dos costumes, especialmente relacionados à sexualidade e à nova posição da mulher na sociedade.
- o desenvolvimento técnico- científico, que proporcionou, entre tantas invenções, os anticoncepcionais e o avanço dos meios de comunicação de massa.
- modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Estado brasileiro, que teve como consequência o empobrecimento acelerado das famílias na década de 80, a migração exacerbada do campo para a cidade e um contingente muito grande de mulheres e crianças no mercado de trabalho. Ainda no contexto do Estado brasileiro deve-se ressaltar a perda gradativa da eficiência do setor público na prestação de serviços que contribuiu ainda mais para a deterioração das condições de vida da população (Goldani, 1994).

Como mostram os dados apresentados anteriormente, a configuração familiar sofre mudanças. Hoje, podemos explicitar que há uma maior convivência entre as gerações, dado pelo aumento da expectativa de vida, as diferenças ocorridas na relação homem/ mulher, bem como a reprodução e o cuidado dos filhos deixarem de ser a razão de viver das mulheres para ser apenas uma etapa de suas vidas.

Levando em conta as considerações efetuadas até o momento, três aspectos devem ser ressaltados: o primeiro refere-se ao fato de que, a rigor, mesmo não se adentrando em diferenças regionais e sociais, não é possível falar de família, mas sim de famílias. O uso do plural se faz no sentido de abarcar, dentro da concepção família, a diversidade de arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasileira. Dessa forma, a família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido.

Adotar uma definição como esta significa abandonar o pressuposto dos modelos familiares, os discursos do deve ser e tomá-la e pensá-la como um lugar privilegiado de preservação da vida. Afinal, é dentro dela que se explicita o cuidado de uma geração, especialmente com os da nova geração. Ainda é no contexto das relações familiares, cujo motor é o afeto (amor, ódio, inveja, gratidão), que a criança aprende a reconhecer-se como única (identidade) e como parte de um grupo (sentido do pertencer, o sentido dos nós). Estes são os integrantes fundamentais do processo de humanização e indispensáveis à inserção de cada indivíduo no mundo social mais amplo (Miotto, 1997). **Até o momento ainda não descobriram outra forma mais eficiente de se ensinar gente a ser gente.**

O segundo aspecto está relacionado à inserção das famílias na estrutura social. Ou seja, apesar da universalidade de uma vivência familiar, esta não é homogênea. Ao contrário, além de estar profundamente marcada pelas especificidades históricas e culturais, tal vivência está profundamente condicionada pelas diferenças sociais. A literatura sociológica e antropológica tem apontado que a família tem se constituído de formas diferentes nas diversas classes ou grupos sociais e, por isso, demandam abordagens diferenciadas para sua compreensão (Duarte, 1995; Bilac, 1995).

Além disso, é importante pontuar que a capacidade de cuidado e proteção dos grupos familiares depende diretamente da qualidade de vida que eles têm no contexto social nos quais estão inseridos. Sem dúvida nenhuma, as famílias brasileiras, especialmente as de camadas populares, estão sendo severamente pressionadas pela política econômica do governo. Ao invés de tal política assegurar condições mínimas (renda, emprego, segurança, serviços públicos de qualidade) de

sustentação das famílias, ela vem desencadeando situações (migrações, desemprego, ausência de serviços públicos) que são fontes geradoras de estresse familiar.

Nesta direção, Barros (1995:117), contrária a muitos autores que defendem a idéia de que o processo de modernização tem levado a família a uma perda gradativa de suas funções, afirma que não é esta a realidade das famílias, particularmente as chilenas, de estratos mais baixos da população. Para ela, *“el impacto de la crisis política y económica que ha enfrentado el país en las últimas décadas, la familia se ha sobrecargado de funciones. Al falar el sistema político en la garantía de la seguridad personal y en la administración de la justicia, y el sistema económico en la oferta de empleo, la familia debió desempeñar nuevas tareas y funciones y las asumió plenamente, pese a no estar preparada para ello”*²⁷.

O terceiro aspecto relaciona-se aos membros da família enquanto sujeitos individuais. A crescente autonomia dos mesmos tem colocado em pauta os projetos de vida individuais, nem sempre compatíveis com os projetos familiares. Mito e Takashima (1996), ao discutirem as implicações da separação conjugal e dos recasamentos, apontam para o crescente número de mães, atitude eminentemente masculina até então, que têm aberto mão da guarda de seus filhos em favor de terceiros, para iniciar uma nova união.

Tendo em conta essas questões, a família hoje pode ser vista como uma caixa de ressonância dos problemas e desafios deste final de século, que envolvem problemas de ordem ética, econômica, política e social. Nesse sentido, tem sido um espaço de conflitos, ao enfrentar cotidianamente situações extremamente contraditórias, dentre as quais salientamos:

- o cumprimento de suas tarefas básicas (proteção e cuidado de seus membros, socialização primária de suas crianças) sem que tenha condições objetivas para o trato;
- o embate entre o projeto pessoal dos pais e o projeto familiar de cuidado do outro;

²⁷ Tradução livre. (...) o impacto da crise política e econômica que o país tem enfrentado nas últimas décadas, sobrecarrega as funções da família. Ao se falar do sistema político das garantias de seguridade social e da justiça, e do sistema econômico e da oferta de emprego, a família deverá desempenhar novas tarefas e funções, e deverá estar preparada para assumir estas de forma plena.

- a convivência de um modelo familiar ideal calcado no passado com a diversidade dos arranjos familiares atuais.

Pode-se dizer que a qualidade de vida das famílias depende da articulação que cada uma consegue fazer entre as demandas internas (necessidades de seus membros nos diferentes estágios de desenvolvimento), as demandas advindas de seu espaço social e as formas de lidar com as transformações ocorridas no âmbito das relações homem/ mulher e pais/ filhos.

Esta articulação está se constituindo num processo extremamente difícil, diante das respostas que vêm sendo dadas pelas famílias e por seus membros. Temos visto as atitudes destrutivas no contexto das relações familiares (a violência, especialmente contra a mulher e a criança, o filicídio) e o aumento progressivo de problemas na infância e na juventude. Porém em se considerando a história, todo o movimento que está ocorrendo no interior das famílias e nas suas formas de inserção no contexto social pode ser entendido como uma luta pela sua sobrevivência, não apenas no sentido estrito da palavra (uma vez que aumenta a cada dia o número de famílias em condição de miséria), mas especialmente no sentido de preservação do próprio grupo enquanto lugar da vida.

Com o advento do Estado, a relação familiar não se separou da esfera pública, pelo contrário, tem uma relação conflituosa e contraditória. Trazendo para os dias atuais, essa relação se torna opressiva, pois, o que ocorre, é a responsabilização da família pela conduta e provimento de seus membros, em vez do estatal. Porém, devemos reconhecer que a situação do Brasil atual é de extrema pobreza e chega nos limites de uma situação na qual seus membros não têm condições mínimas de reproduzir-se socialmente. O Estado brasileiro não consegue cumprir com suas responsabilidades através das **demandas** advindas da população.

Quando a mulher entrar no mercado de trabalho, seus filhos precisarão de creches, escolas de ensino fundamental, ensino médio, centros de juventude. É de responsabilidade do Estado criar esses espaços, permitindo bem estar para os pais e seus filhos. Esse bem estar está pautado em um local com funcionários capacitados em atender as crianças e jovens; ter materiais que os usuários e os profissionais possam trabalhar. A educação enquanto direito social dos cidadãos não permite a reprodução social dos membros, pois essa instituição está cada vez mais desmerecida pelos governos brasileiros, afetando a vida das famílias. A escola é o

segundo local na vida do ser humano de sociabilidade, portanto, uma escola que colabore para a integridade das crianças não é mais tarefa do Estado e, sim, da grande massa de escolas particulares que absorvem aqueles que de certa forma, têm opção de pagar, sendo os demais, marginalizados em nossa sociedade.

A garantia do acesso à saúde não deve ser mérito do mercado e, sim, do Estado. As famílias pauperizadas não têm condições de contribuir com um plano de saúde privado e terminam em filas de espera para um atendimento médico. Com isso, muitas mães acabam colocando em risco seu emprego devido a desatenção Estatal a essa questão, sem ter como dar condições aos seus filhos e a si mesmas. No âmbito da saúde, reconhecemos que o atendimento psico-social se faz necessário, fazendo valer um dos princípios do Sistema Único de Saúde: trabalho preventivo e não curativo como vem acontecendo. Saúde abrange as condições de saneamento básico, condições de meio ambiente, aspectos bio-psico-sociais. A realidade brasileira aponta para um número expressivo de moradores em torno de rios, com riscos de contaminações, devido aos esgotos a céu aberto, doenças infecto-contagiosas sem seus devidos cuidados, ausência de remédios à população, dentre outros. Nessa faceta que expressa a questão social brasileira, encontram-se famílias necessitando de atenção do Estado, porém, estas recebem ainda mais incumbências a serem cumpridas.

O direito à habitação com infra-estrutura garantida pelo Estado não se faz presente. As políticas de ajustes neoliberais permitem a concorrência e a vêem como algo saudável e natural, deixando a população no poder do mesmo, que exclui os excluídos, que não permite o acesso aos direitos básicos de um cidadão. A luz elétrica, a água encanada tornam-se (para algumas regiões brasileiras) bens inacessíveis, privilégio para alguns.

Assim, uma hipótese a ser considerada é lidar com as dramáticas respostas que as famílias vêm apresentando enquanto grupo (relações muito conflituosas e destrutivas) e por intermédio de seus membros individualmente (abusos de substâncias, problemas de comportamento, comportamentos suicidas, suicídio, delinquência) aos desafios que lhe estão sendo impostos como pedidos de socorro.

Dessa afirmação decorre a necessidade de se estabelecer processos de atenção às famílias que as auxiliem a enfrentar tais desafios e ensejem novas articulações, presságios de uma condição humana melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolver desse trabalho, compreendemos que as profissões não surgem de forma aleatória. O Serviço Social é resultado de um reordenamento interno do capitalismo evidenciando um espaço concreto para institucionalização da profissão.

Desta forma, entende-se que esse desenvolvimento constitui-se em um processo de intenção de ruptura, conforme análise de Netto (2002), devido à condição de assalariamento que este profissional assume, tornando-se este momento, fundamental para que, posteriormente, este sujeito se compreenda enquanto membro da classe trabalhadora. Isto provoca um avanço na construção da categoria profissional, ou seja, na sua trajetória histórica, que não compreendia essa forma de reconhecer essa função no rol de profissões que surgem a partir de um determinante histórico que é a questão social.

Podemos compreender no primeiro período analisado que houve um contexto propício às mudanças políticas, o desenvolvimento industrial, o papel do governo Getúlio Vargas na elaboração e execução de políticas sociais estavam voltadas ao trabalhador. Entendemos a importância da família nesse período, não somente pelo trabalho dos assistentes sociais, mas também, como sendo a célula do bom desenvolvimento de uma sociedade. Foi um momento rico para a legitimação do Serviço Social enquanto profissão, havendo um consenso implícito da Igreja Católica, do Estado brasileiro e das novas profissões.

Pudemos verificar que passada ditadura varguista, os discursos conservadores estavam atrelados à ideologia desenvolvimentista da economia. Foi um período de bom desenvolvimento econômico, as políticas apresentaram-se de formas universal, e a profissão avançou teoricamente com a ida de algumas delas aos Estados Unidos da América, para aprofundar o conhecimento sobre a metodologia de caso, grupo, comunidade. É nesse período, que o Desenvolvimento de Comunidade como estratégia de ação profissional, ganha espaço e visibilidade social. Quanto à família, a documentação obtida sobre o período abordado apresenta somente questões pertinentes à temática em congressos, que terão relevância nas práticas profissionais, dando um passo para a reconceituação.

No momento da Ditadura Militar, adentramos o duro período de repressão, onde aprendemos a influência dos governos no contexto social, trazendo marcas

que jamais serão esquecidas. Muitos foram os profissionais que se envolveram nas lutas pela liberdade de expressão que hoje nos conta a história. Outros nem viram a história acontecer. Mas, por causa daqueles que fizeram das lutas políticas suas lutas pessoais, a profissão avançou no movimento da reconceituação, e na abordagem de NETTO (2002), a perspectiva renovadora trouxe à profissão a oposição ao tradicionalismo do Serviço Social, iniciando, assim, uma trajetória histórica de amadurecimento político, ético e teórico profissional. Apesar da pouca abordagem da família nesse contexto, é lançada a Revista Serviço Social & Sociedade (1979). Porém, a primeira edição que aborda a família é de 1982, com o artigo escrito a partir do trabalho de conclusão de curso sobre o Pró-Família. A preocupação profissional estava voltada para a superação da ditadura. É um momento de efervescência dos movimentos sociais e a questão da família não é teorizada (a partir das fontes analisadas).

A temática família aparece com ênfase na legislação, nas políticas sociais e programas sociais ao fim da década de 1980, 1990 e 2000. Nos documentos analisados, são destacados os direitos e deveres da família em relação aos seus membros. É um período de grandes transformações, o qual não tivemos a pretensão de esgotar como um todo, mas procuramos trazer as influências à formação teórica profissional os elementos constituintes do estudo sobre a família. Por isso apontamos as transformações vividas pelas famílias brasileiras e o papel profissional no processo de atenção a elas, a partir dos artigos escritos na Revista Serviço Social & Sociedade da década estudada.

Outro resultado obtido foi que as famílias nos anos mais recentes estão sendo severamente pressionadas pela política econômica do governo, desencadeando situações geradoras de estresse familiar. A família hoje pode ser vista como uma caixa de ressonância dos problemas e desafios deste final de século, que envolvem problemas de ordem ética, econômica, política e social.

Ela enfrenta condições adversas decorrentes da drástica redução no mercado formal do trabalho, o que dificulta o seu pertencimento e reconhecimento na sociedade.

A idéia naturalizada de ser a família, lugar de segurança e proteção, facilita estabelecê-la socialmente, como parceira ideal para os cuidados com os indivíduos sociais; no entanto, desprovê-la de recursos, preparo e meios favoráveis para tanto, é condená-la à falência e expô-la à culpa de não

assegurar a proteção e felicidade dos membros que a integram e dele dependem (Silva, M. de F.A da Rosa, R., 2004, 88).

Concluimos que, nos anos 1990, há: 1º. o encolhimento do Estado e a despolitização da questão social e suas expressões e consequentes reflexos nos padrões de proteção social. Percebemos a necessidade da mobilização de recursos da esfera pública, visando à implementação de políticas públicas de caráter universal que assegurem proteção social. 2º. a emergência da Seguridade Social Brasileira e, no início do milênio, o avanço da Assistência Social através da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social.

Atualmente a família vem sendo abordada e requisitada por todas as políticas sociais:

Numa época de retração dos governos no sentido de uma responsabilidade mais com o cuidado e a socialização dos indivíduos, essa responsabilidade vai sendo jogada cada vez mais para dentro da família, com um ônus não só de aumento de carência, mas de atribuição de sobre carga, e até culpa, para a mulher. É preciso pensar e definir a parte de nossa sustentação cotidiana que produzimos dentro do ambiente doméstico e a que vai depender de uma rede de serviços e de outros benefícios públicos (Godinho, T.).

Inclinados à preservação da família tradicional, esses regimes caracterizam-se pela intensidade de seu “familismo”, entendido como diretriz que leva a uma grande responsabilização das unidades familiares pela proteção de seus membros. Presente em países de maior influência católica, esse sistema organiza-se em geral sob o princípio da “subsidiariedade”, gestado no interior da Doutrina Social da Igreja - DSI: a interferência pública deve limitar-se a situações onde as unidades de menor porte da sociedade falham (Ver KERSBERGEN, 1995, apud ESPING-ANDERSEN, 1999). *in* CAMPOS (2008)

O Estado deveria, ao lado da garantia dos direitos individuais, colocar em processo a definição e implementação de políticas sociais que forneçam instrumentos de sustentação necessários para o bem-estar das famílias. As políticas sociais teriam o papel de modificar as consequências do funcionamento do mercado de trabalho sobre a disponibilidade de recursos para as famílias, atrelados às políticas econômicas.

Entendemos que esse trabalho não se esgota por aqui, uma vez que a família é histórica. Pensamos que essa será uma contribuição aos profissionais que trabalham com famílias como sujeitos coletivos, especialmente os assistentes sociais.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetória e lutas e desafios contemporâneos. *In Revista Serviço Social e Sociedade*, no. 97. Cortez editora: 2009
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.
- BAIERL, Luzia e OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e. "A violência vivida pelas famílias". *In Trabalho com famílias*. São Paulo: IEE-PUC-SP. 2 volumes, 2004.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e Serviço Social. Fundamentos Ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BARROS, Nidia A. El Analisis de las Políticas Sociales desde una Perspectiva Familiar. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 49, 1995.
- BILAC, E. D. 1995 "Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares", in RIBEIRO, I. & RIBEIRO, A. C. (orgs.), *A família em processos contemporâneos*, São Paulo, Loyola.
- BRANT, Maria do C. A Proteção Social Destinada às Famílias Brasileiras. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 42, 1993.
- BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ e Vozes, 2002. 22ª. Edição.
- CALDERÓN, Adolfo I. e GUIMARÃES, Rosamélia F. Família: A crise de um modelo hegemônico. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 46, 1994.
- CAMPOS, Marta S. e MIOTO, Regina Célia Tamaso. "Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira". *In Ser Social: Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília*. Janeiro a Junho, 2003.
- CAMPOS, Marta S. *Família e Proteção Social: Alcances e Limites*, in ZOLA, M.B., Cooperação Internacional para a Proteção Social de Crianças e Adolescentes – O Direito à Convivência Familiar e Comunitária. São Bernardo do Campo, SP: Fundação Criança, Intermídia Editoração Gráfica, 2008. Edição poliglota: português/ espanhol/ italiano/ francês. Vários tradutores.
- CAMPOS, Marta S. In WANDERLEY, Mariângela Belfiore e OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e. (orgs.) *Trabalho com famílias*. São Paulo: IEE-PUC-SP. 2 volumes, 2004.

- CARLOTO, Cássia M. Gênero, Políticas Públicas e Centralidade na Família. In *Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 86, São Paulo: Cortez, 2006.
- CARVALHO, M. do Carmo Brant. "A priorização da família na agenda da política social". In *A Família Contemporânea em Debate*. Maria do Carmo Brant de Carvalho (org.), São Paulo: EDUC/ Cortez, 1995.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant et al. *Serviços de proteção social às famílias*. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: Secretaria de Assistência Social/MPAS, 1998.
- CARVALHO, Luiza. Famílias Chefiadas por Mulheres: Relevância para uma política social dirigida. In *Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 57, São Paulo: Cortez, 1998.
- CARVALHO, Raul de. "Modernos Agentes da Justiça e da Caridade. Notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil". In *Revista Serviço Social e Sociedade*. (2) São Paulo: Cortez, março de 1980.
- CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1984.
- CERQUEIRA, Margarida; FIGUEIREDO, Daniela; MATOS, Ana; PIRES, Susana; e MONTEIRO, Eliana. Os Problemas das Famílias Multiproblemáticas: Comparação da perspectiva dos profissionais e das próprias famílias. In *Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 76, São Paulo: Cortez, 2003.
- CLEMENTE, Maria L. A Mulher Migrante Nordestina e a Organização do Cotidiano na Dinâmica do seu Grupo Familiar. In *Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 46, 1994.
- COELHO, Virginia P. O Trabalho da Mulher, Relações Familiares e Qualidade de Vida. In *Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 71, São Paulo: Cortez, 2002.
- CORNELY, Seno A. Seminário Latino-Americano sobre Família e Comunidade: Palestra de abertura. In *Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 25, 1987.
- CORREA, Marisa. "Repensando a família patriarcal brasileira". In *Cadernos de Pesquisa*. (37). São Paulo: Fundação Carlos Chagas, maio de 1981.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988).
- COSTA, Lucia Cortes da. *Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil*. São Paulo: Cortez e Editora UEPG, 2006.

- COSTA, Maria das D. e CAVALCANTI, Sandra L.B. Administração da Produção Doméstica e Reprodução da Força de Trabalho das Famílias Inseridas no Setor Informal de Natal, RN. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 33, 1990.
- COSTA, A. C. G. A família como questão social no Brasil. In: Kaloustian, Sílvio. (org.). *Família Brasileira a Base de Tudo*. São Paulo: Cortez, 1994.
- DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX. Rio de Janeiro: Zahar.
- D'INCAO, Maria Ângela. *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.
- DRAIBE, Sônia M. "Por um reforço da proteção à família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil". *In Família Brasileira a base de tudo*. Sílvio M. Kaloustian (org.). 3ª edição. São Paulo: Cortez/ Brasília, DF: UNICEF, 1998.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (1990).
- ESTATUTO DO IDOSO (2004).
- FARIA, Carlos A.P. Desenvolvimento da política Sueca para a Família: Múltiplas lógicas e inflexões. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 64, São Paulo: Cortez, 2000.
- FERNANDES E MELLO, Juliana Mastrangeli e Marina Gracioso Figueira de. *As articulações entre Serviço Social e família no período de 1936-1945*. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo, 2003.
- FIGUEIRAS, Cristina A. As Trabalhadoras Sociais e as Famílias Pobres em Paris (1919-1939). *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 42, 1993.
- FRANCO, Abigail A. de P. Família de Apoio: Uma experiência inovadora. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 67, São Paulo: Cortez, 2001.
- FRANCO, Abigail A. de P. Relato de Experiência: Instituição do programa família de apoio na direção de política pública de acolhimento. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 83, São Paulo: Cortez, 2005.
- GALVÃO, Maria Isabel Amaral Corrêa. "*Estudo de 100 casos de Mães arrimo de Família*". Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo, 1941.
- GENOFRE, Roberto M. "Família: uma leitura jurídica". *In A Família Contemporânea em Debate*. Maria do Carmo Brant de Carvalho (org.), São Paulo: EDUC/ Cortez, 1995.
- GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: Mudanças e perspectivas. *Caderno de Pesquisa*, n.72, p.7-22, 1994.

- GOULART, Adriana Nunes. *Serviço Social e Família: revisando a literatura*. Florianópolis: Trabalho de Conclusão de Curso, 1996.
- GUEIROS, Dalva A. Família e Proteção Social: Questões atuais e limites da solidariedade familiar. In *Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 71, São Paulo: Cortez, 2002.
- GUEIROS, Dalva A.; e OLIVEIRA, Rita de C. Direito à Convivência Familiar. In *Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 81, São Paulo: Cortez, 2005.
- HELLER, Agnes. A Concepção de família no Estado de Bem-Estar Social. In *Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 24, 1987.
- HERMÁCULA, Maria V.; EVANGELISTA, Marisa A.; LIMA, Neusa C.; TATAMIYA, Yurico. Pró-família: Planejamento familiar ou controle da natalidade? In *Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 08, 1982.
- IAMAMOTO e CARVALHO. Marilda Villela e Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2000. 13ª. Edição.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez editora, 9ª. Edição, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1992.
- JESUS, Cristiane da Silva de. *O Serviço Social e as Ações Sócio-educativas com famílias: um estudo sobre as publicações dos assistentes sociais*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- KANOPKA, Gisele. *A família de hoje*. Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. Rio de Janeiro, CBCISS, n. 66, 1973.
- KFOURI, Nadir Gouvêa. “*Curso de Serviço Social de Família*”. SL, SN, SD.
- KOLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (1994).
- LIMA, Arlete Alves. *O Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma década*. São Paulo: Cortez, 1983.

- LIMA, Vera Lúcia Moreira. *“O início do Serviço Social no Brasil: um feminismo cristão”*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC-SP, 1991.
- LIMA, Eliete Maria de. *A proteção no âmbito da família: um estudo sobre as famílias do bairro Monte Cristo em Florianópolis*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- LIMONGI, Maria Aparecida Papaterra. *“Escolas Populares de Formação Familiar”*. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo, 1939.
- LOPES, José R. Das Famílias “Desestruturadas” às Famílias “Recombinadas”: Transição, intimidade e feminilidade. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 46, 1994.
- MACIEL, Carlos A.B. A Família na Amazônia: Desafios para a assistência social. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 71, São Paulo: Cortez, 2002.
- MARSIGLIA, Regina M.G. Famílias de Baixa Renda na Periferia do Município de São Paulo: Questões para os serviços de saúde. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 71, São Paulo: Cortez, 2002.
- MARTINELLI, Maria L. e ALAYON, Noberto. Relatório-Síntese do Seminário Latino-Americano sobre Família e Comunidade. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 21, 1986.
- MARTINS, Maria de Lourdes Carneiro. *“Um Ensaio de Educação Popular: O curso de Formação Familiar”*. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo, Fevereiro de 1940.
- MELILLO, Irene Maria. *“À margem de um estudo sobre 100 famílias desajustadas”*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social. São Paulo, 1940.
- MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*. São Paulo, Cortez, 2001.
- MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e Serviço Social. *In: Revista Social e Sociedade*. (55). São Paulo: Cortez, 1997.
- MIOTO, R. C. T., e TAKASHIMA, G. *Família: entre o privado e o público*. Florianópolis, 1996. (digitado).

- MORAES, Lygia Kfourti Quartin de. *Algumas considerações sobre Centros Familiares: O Centro Familiar de Ponte Pequena*. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo, Novembro de 1940.
- NASCIMENTO, Flavia Brito do. *Lar e Família: o discurso assistencialista sobre habitação popular nos anos 40 e 50*. Revista de Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Paulo. São Paulo: 2006.
- NETTO, José Paulo. *A construção do projeto ético-político contemporâneo. Serviço Social e Política Social*. Módulo 1 – Brasília: Cead/ ABEPSS/ CFESS, 1999.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo.Cortez, 2002.
- NETTO, José Paulo. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. . In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 79. Ano XXV, especial. Ed. Cortez. São Paulo. 2004.
- PARAÍSO, Virginia A. *A significação do Serviço Social na América Latina*. Rio de Janeiro, CBCISS, n. 153, 1979.
- PEREIRA, Larissa Dahmer. Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil: Um breve resgate de sua história. In: *Curso de Serviço Social na UFRJ, 70 Anos de sua História*. Rio de Janeiro, 2007.
- PEREIRA, Potyara A. P. Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família. In *Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 48, 1995.
- PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez. 2ª. Edição, 2002.
- PIMENTEL, Silvia. Perspectivas Jurídicas da Família: O novo código civil e a violência família. In *Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 71, São Paulo: Cortez, 2002.
- PIRES, Susana; MATOS, Ana; CERQUEIRA, Margarida; FIGUEIREDO, Daniela; e SOUSA, Liliana. Retratos da Vida das Famílias Multiproblemáticas. In *Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 80, São Paulo: Cortez, 2004.
- PRANDI, José Reginaldo. “Catolicismo e Família: Transformação de uma ideologia”. In: *Cadernos CEBRAP*. (21) São Paulo: CEBRAP, 1975.
- RAMOS, Aparecida. O Serviço Social e as metodologias da Ação-Práxis e Mediação no Método BH. In *Revista ADUFPB- JP*, 2000.

- ROCHA, Lourdes de M.L.N. Poder Judiciário e Violência Doméstica contra a Mulher: A defesa da família como função da justiça. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 67, São Paulo: Cortez, 2001.
- ROMANELLI, Geraldo. "Autoridade e poder na família". *In A Família Contemporânea em Debate*. Maria do Carmo Brant de Carvalho (org.), São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.
- ROSA, Lucia C. dos Santos. Os Saberes Construídos sobre a Família na Área da Saúde Mental. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 71, São Paulo: Cortez, 2002.
- ROSSETO, Natalina N. Z. "Ensaio de aplicação de um plano de proteção familiar: centro familiar e social de Ponte Pequena". Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social. São Paulo, 1940.
- RUDDLESDEN, Louis. A Experiência com famílias Substitutas em Kent. Tradução e notas de Viviane N.A. Guerra. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 48, 1995.
- SADER, Emir. Direitos e esfera pública. *In Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, no. 77, mar.2004.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Pensando a família no Brasil – da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora de UFRJ, 1987.
- _____. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SANTOS, Adalgisa Monteiro Serrat dos. "Ainda, o "Centro Familiar e Social" da Ponte Pequena?" Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo, 1943.
- SARACENO, Chiara. *Introdução: discursos de família. Sociologia da família*. Lisboa: Estampa, p. 11-16, 1992.
- SARTI, Cynthia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- SASSAKI, Romeu K. Informativo sobre o Ano Internacional da Família. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 42, 1993.
- SAWAIA, Bader. "O sofrimento ético político como categoria de análise da dialética exclusão/ inclusão". In B. Sawaia (org). *As artimanhas da exclusão: uma análise ético psicossocial*. São Paulo: Vozes, 1999.
- SEADE. *Famílias chefiadas por mulheres. Pesquisa de condições de vida na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo, SEADE, análises especiais (02), 1998.

- SILVA, Lídia Maria M. R. *Serviço Social e Família: a legitimação de uma ideologia*. São Paulo: Cortez, 1987. 3ª. Edição.
- SILVA, Maria Helena Cariaga. *...nas redondezas da cidade...: um estudo do Programa de Assistência Social à Família- PROASF na região Leste de São Paulo*. Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, para obtenção do título de mestre em Serviço Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- SILVA E SILVA, Maria Ozanira. *O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SIMÕES, Carlos. A Família e a Propriedade no Código de Menores. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 11, 1983.
- SINJAL, Rosi M. Planejamento Familiar como um Direito Humano: Uma experiência em empresa do interior do Paraná. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 37, 1991.
- SOARES, Lydia Nogueira. "O trabalho da assistente social na formação familiar da mulher operária". Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social. São Paulo, 1941.
- SOUZA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. São Paulo: Cortez, 2004. 8ª. Edição.
- SZYMANSKI, Heloísa *Relação Família-Escola – Perspectivas e Desafios*. Brasília: Plano, 2001.
- SZYMANSKI, Heloísa. Viver em Família como Experiência de Cuidado Mútuo: Desafios de um mundo em mudança. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 71, São Paulo: Cortez, 2002.
- TELLES, Guiomar Urbina. "As creches como auxiliares da família". Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social. São Paulo, 1938.
- TOBÓN, Maria C. A Família e a Comunidade: Perspectivas de mudança e alternativas de ação. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 22, 1986.
- TOTA, Antônio Pedro. *O Estado Novo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- URIARTE, Maria A. e BRAVO, Lautaro P. La Família y la Comunidad Latino Americana. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 25, 1987.
- WANDERLEY, Mariângela Belfiore e OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e. (orgs.) (2004). *Trabalho com famílias*. São Paulo: IEE-PUC-SP. 2 volumes.

- VICINI, Yara Spadini. *“A relação teórico-prática na trajetória do exercício profissional – história de vida de pioneiros em Serviço Social”*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC-SP, 1990.
- VIEIRA, Balbina Ottoni. *História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1980. 3ª. edição.
- VIGNOLI, Maria Francisca Sales. *A família como campo de atuação e investigação do Serviço Social brasileiro*. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC-SP, 2007.
- VITALE, Maria A.F. A Violência no Cotidiano das Famílias de Camadas Populares. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 24, 1987.
- VITALE, Maria A.F. Famílias Monoparentais: Indagações. *In Revista de Serviço Social & Sociedade*, no. 71, São Paulo: Cortez, 2002.
- YASBEK, Maria Carmelita. *“Estudo da evolução histórica da escola de Serviço Social no período de 1936 a 1945”*. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC-SP, 1977.
- YASBEK, MARTINELLI, RAICHELIS. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. *In Revista Serviço Social & Sociedade*, no. 95, ano XXIX, setembro de 2008. São Paulo: Cortez.
- YASBEK, Maria Carmelita. *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 1993.
- YASBEK, Maria Carmelita. *A Assistência Social na cidade de São Paulo*; Instituto Polis, PUC-SP, (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo), 2004.

ANEXOS

ANEXO 1. ARTIGOS SOBRE FAMÍLIA PUBLICADOS NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. (Parte: 1 – 5)

No.	Ano	Título	Autoria	Formação*
08	1982	Pró-Família: Planejamento familiar ou controle de natalidade	Maria Virgínia Hermácula, Marista A. Evangelista, Neusa C. Lima e Yurico Tatamiya	Assistentes Sociais
11	1983	A Família e a Propriedade no Código de Menores	Carlos Simões	Advogado
21	1986	Relatório- Síntese do Seminário Latino-Americano sobre Família e Comunidade	Maria Lúcia Martinelli e Noberto Alayon	Assistentes Sociais
22	1986	A Família e a Comunidade: Perspectivas de mudança e alternativas de ação	Maria Cecília Tobón	Assistente Social
24	1987	A Concepção de Família no Estado de Bem-Estar Social	Agnes Heller	Filósofa Marxista Húngara
24	1987	A Violência no Cotidiano das Famílias de Camadas Populares	Maria Amália Faller Vitale	Assistente Social, Mestra em Serviço Social e Terapeuta de Família
25	1987	Seminário Latino-Americano sobre Família e Comunidade: Palestra de abertura	Seno Antonio Cornely	Assistente Social
25	1987	<i>La Familia y la Comunidad Latino Americana</i>	Maria das Dores Costa e Sandra Lúcia B. Cavalcanti	Assistentes Sociais
33	1990	Administração da Produção Doméstica e Reprodução da Força de Trabalho das Famílias Inseridas no Setor Informal de Natal, RN	Maria das Dores Costa e Sandra Lúcia B. Cavalcanti	Assistente Social, Mestra em Administração e Doutora. em Serviço Social, e Mestra em Administração

ANEXO 1. ARTIGOS SOBRE FAMÍLIA PUBLICADOS NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. (Parte: 2 – 5)

No.	Ano	Título	Autoria	Formação*
37	1991	Planejamento Familiar como um Direito Humano: Uma experiência em empresa do interior do Paraná	Rosi Maria Sinjal	Assistente Social
42	1993	As Trabalhadoras Sociais e as Famílias Pobres em Paris (1919 – 1939)	Cristina Almeida C. Figueiras	Assistente Social
42	1993	A Proteção Social Destinada às Famílias Brasileiras	Maria do Carmo Brant	Assistente Social e Doutora Em Serviço Social
42	1993	Informativo sobre o Ano Internacional da Mulher	Romeu Kazumi Sassaki	Assistente Social
46	1994	Das Famílias “Desestruturadas” às Famílias “Recombinadas”: Transição íntima e feminilidade	José Rogério Lopes	Antropólogo e Doutorando em Ciências Sociais da PUC/SP
46	1994	Família: A crise de um modelo hegemônico	Adolfo Ignacio Calderón, e Rosamélia Ferreira Guimarães	Sociólogo e Mestrando em Ciências Sociais da PUC/SP, e Assistente Social e Doutoranda em Serviço Social da PUC/SP
46	1994	A Mulher Migrante Nordestina e a Organização do Cotidiano na Dinâmica do seu Grupo Familiar	Maria Luzia Clemente	Assistente Social e Mestra em Serviço Social pela PUC/SP
48	1995	Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família	Potyara A. P. Pereira	Assistente Social
48	1995	A Experiência com Famílias Substitutas em Kent	Louis Ruddlesden, e Viviane N. A. Guerra (tradução/ notas)	Assistente Social, e Mestra e Doutoranda em Serviço Social

ANEXO 1. ARTIGOS SOBRE FAMÍLIA PUBLICADOS NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. (Parte: 3 – 5)

No.	Ano	Título	Autoria	Formação*
49	1995	<i>El análisis de las políticas sociales desde una perspectiva familiar</i>	Nidia Aylwin de Barros	Assistente Social e Mestra em Educação
55	1997	Família e Serviço Social: Contribuições para o debate	Regina Célia Tomaso Mito	Assistente Social e Doutora em Saúde Mental
57	1998	Famílias Chefiadas por Mulheres: Relevância para uma política social dirigida	Luiza Carvalho	Mestra em Economia e Doutora em Sociologia
64	2000	Desenvolvimento da Política Sueca para a Família: Múltiplas lógicas e inflexões	Carlos Aurélio Pimenta de Faria	Sociólogo, Mestre em Ciências Sociais e Doutor em Ciência Política
67	2001	Poder Judiciário e Violência Doméstica Contra a Mulher: A defesa da família como função da justiça	Lourdes de Maria Leilão Nunes Rocha	Assistente Social e Mestra em Políticas Públicas pela UFMA
67	2001	Família de Apoio: Uma experiência inovadora	Abigail Aparecida de Paiva Franco	Assistente Social e Doutoranda em Serviço Social
67	2001	<i>Néthodologie de la médiation familiale</i>	Justin Lévesque por Eliedite Mattos Ávila, e Eliedite Mattos Ávila (tradução)	Mediador Familiar Assistente Social
71	2002	Viver em Família como experiência de Cuidado Mútuo: Desafios de um mundo em mudança	Heloisa Szymanski	Psicóloga, Mestra e Doutora em Psicologia da Educação
71	2002	Perspectivas Jurídicas da Família: O novo código civil e a violência familiar	Silvia Pimentel	Doutora em Filosofia do Direito
71	2002	Famílias Monoparentais: Indagações	Maria Amália Faller Vitale	Assistente Social e Doutora em Serviço Social

ANEXO 1. ARTIGOS SOBRE FAMÍLIA PUBLICADOS NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. (Parte: 4 – 5)

No.	Ano	Título	Autoria	Formação*
71	2002	O Trabalho da Mulher, Relações Familiares e Qualidade de Vida	Virginia Paes Coelho	Assistente Social e Doutora em Serviço Social
71	2002	Família e Proteção Social: Questões atuais e limites da solidariedade familiar	Dalva Azevedo Gueiros	Assistente Social e Doutoranda em Serviço Social
71	2002	A Família na Amazônia: Desafios para a assistência social	Carlos Alberto Batista Maciel	Mestre em Antropologia e Doutorando em Sociologia
71	2002	Os Saberes Construídos sobre a Família na Área da Saúde Mental	Lucia Cristina dos Santos Rosa	Doutora em Serviço Social e Doutora em Sociologia
71	2002	Famílias: Uma experiência em grupo	Rosamélia Ferreira Guimarães	Assistente Social, Mestra e Doutora em Serviço Social
71	2002	Famílias de Baixa Renda na Periferia do Município de São Paulo: Questões para os serviços de saúde	Regina Marai Giffoni Marsiglia	Assistente Social, Mestra e Doutora em Ciência Política
76	2003	Os Problemas das Famílias Multiproblemáticas: Comparação da perspectiva dos profissionais e das próprias famílias	Margarida Cerqueira, Daniela Figueiredo, Ana Matos, Susana Pires, e Elia Monteiro	Cientista da Educação, Socióloga, Cientista da Educação, Socióloga, e Psicóloga
80	2004	Retratos da Vida das Famílias Multiproblemáticas	Susana Pires, Ana Matos, Margarida Cerqueira, Daniela Figueiredo, e Liliana Sousa	Socióloga, Socióloga, Cientista da Educação, Cientista da Educação, e Psicóloga

ANEXO 1. ARTIGOS SOBRE FAMÍLIA PUBLICADOS NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. (Parte: 5 – 5)

No.	Ano	Título	Autoria	Formação*
81	2005	Direito à Convivência Familiar	Dalva Azevedo Gueiros, e	Assistente Social e Doutoranda em
			Rita de Cássia S. Oliveira	Serviço Social, e Assistente Social e Mestra em Serviço Social
83	2005	Relato de Experiência: Instituição do Programa Família de Apoio na Direção de Política Pública de Acolhimento	Abigail Aparecida de Paiva Franco	Assistente Social e Doutora em Serviço Social
86	2006	Gênero, Políticas Públicas e Centralidade na Família	Cássia Maria Carloto	Doutora em Serviço Social pela PUC/SP

NOTA: * Formação dos autores citados nesta tabela referentes à época da redação.